

Susana Maria de Quintanilha e Mendonça Mendes Bicho

# **A Judiaria de Castelo de Vide**

**Contributos para o seu Estudo na Óptica da Conservação do Património Urbano**

**Orientador: Arquitecto José Aguiar**

**Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do  
Grau de Mestre em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico**

**Évora, Dezembro de 1999**

**Susana Maria de Quintanilha e Mendonça Mendes Bicho**

# **A Judiaria de Castelo de Vide**

**Contributos para o seu Estudo na Óptica da Conservação do Património Urbano**



**Orientador: Arquitecto José Aguiar**

**Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do  
Grau de Mestre em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico**

Évora, Dezembro de 1999



## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador José Aguiar pelos conselhos e pelas críticas construtivas.

À Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica por ter apoiado este programa de investigação com a concessão de uma bolsa, o que me permitiu a dedicação em exclusivo e o aprofundamento dos conhecimentos.

À Câmara Municipal de Castelo de Vide, em especial ao seu presidente Joaquim Canário, as facilidades concedidas na pesquisa dos arquivos, cedência de documentação e a oportunidade, no último ano, de integrar a equipa do G.T.L. na elaboração do Plano de Pormenor da Zona Urbana mais Antiga, podendo, deste modo, lidar no *terreno* com a problemática da conservação do património urbano.

À equipa do G.T.L. de Castelo de Vide, João Emilio, João Carvalho da Silva, Paula Roque, Joaquim Dâmaso, José Maniés e Susana Mariquito, a simpatia, a colaboração e o apoio nos levantamentos; e, em especial, ao Nuno Malato, o brilho nos olhos de entusiasmo e o espaço de discussão e partilha de ideias sempre possível.

À Secção de Arqueologia da Câmara Municipal, a disponibilidade nas informações necessárias e cedência de documentação e material fotográfico.

Agradeço a Carolino Tapadejo pela visita guiada à *sua* Judiaria e por ter sido em parte responsável pelo meu interesse neste tema que se veio a tornar tão apaixonante.

Ao arquitecto Nuno Teotónio Pereira, a disponibilidade, o interesse e o entusiasmo que sempre manifesta por Castelo de Vide.

Ao Luís Pedro Cruz, o conhecimento prático de como “funciona” Castelo de Vide e o contributo dado pelas discussões do regulamento do Plano de Pormenor (também com o Nuno) na definição de estratégias e bons sentidos.

Aos habitantes de Castelo de Vide, as preciosas informações prestadas.

A Miguel Teotónio Pereira e a Augusto Rainho pelas facilidades de pesquisa e pela cedência de material fotográfico.

Agradeço a Esther Mucznik, a compreensão do que é a religião judaica na sua essência, os conselhos sobre aquilo que escrevi referente ao tema e a correcção da grafia dos termos hebraicos.

A Carmen Balesteros, pela colaboração, troca de ideias e pela partilha de informação.

A Maria José Ferro Tavares, a disponibilidade, o rigor e a aprendizagem nas conversas e nas aulas sobre a comunidade judaica portuguesa no virar do século XV, tema que era para mim totalmente desconhecido.

A Graça Bachmann e Maria do Carmo Pinto, as preciosas informações sobre as sinagogas e a comunidade cristã-nova castelovidense, bem como a possibilidade de tirar dúvidas e confrontar ideias.

A Caria Mendes pela cedência de bibliografia e pela imensa generosidade e disponibilidade na discussão do tema judaico.

À Red de Juderías, por me ter dado a oportunidade de conhecer melhor os vestígios judaicos do outro lado da fronteira, em Cáceres, Cória, Plasencia, ou Valência de Alcântara e confrontar espaços e arquitecturas de comunidades tão próximas.

Agradeço ao Zé Oliveira o empenho e a colaboração na transcrição das fontes manuscritas e na revisão do texto e a aprendizagem mútua sobre Castelo de Vide

A Carlos Travassos, o interesse e carinho demonstrados e as facilidades logísticas.

À Manela, as opiniões na revisão do texto.

Ao meu amigo Gonçalo, o workshop “forçado” de levantamentos em Castelo de Vide, sob um sol tórrido de Julho, entre mosquitos e teias de aranha...

Aos meus amigos Vera e Mouta, a amizade, o interesse e o acolhimento logístico nos dois primeiros anos e a culpa de me terem agora a morar tão perto...

Agradeço aos meus pais, o incentivo e a imensa disponibilidade e apoio a todos os níveis; e ao meu pai, também, o contínuo interesse manifestado pelo meu trabalho, sempre em busca de mais bibliografia sobre judeus...

Agradeço ao meu marido, por tudo. Pelo contínuo incentivo e acompanhamento do trabalho, pela ajuda prática nos levantamentos, desenhos, revisão dos textos e fotografias, sem a qual a finalização deste estudo se arrastaria; mas, sobretudo, pela compreensão, pela generosidade e pela frase mágica «eu ajudo-te» nos momentos mais difíceis.

Por fim agradeço à minha filhota Maria, por se ter portado tão bem nos meus últimos três meses (os três primeiros dela) em que partilhou a minha licença de parto com este trabalho.

# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO.</b> ....	1
<b>PARTE I - CARACTERIZAÇÃO DO OBJECTO.</b> .....	5
<b>1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A COMUNIDADE JUDAICA EM PORTUGAL ATÉ À EXPULSÃO</b>	7
1.1 A COMUNA. ....	8
1.2 O JUDEU. ....	12
1.3 A EXPULSÃO. ....	15
1.4 A INTEGRAÇÃO. ....	17
<b>2. ENQUADRAMENTO GERAL DA VILA DE CASTELO DE VIDE.</b> .....	23
2.1 O SÍTIO. ....	23
2.2 O CRESCIMENTO URBANO. ....	25
2.2.1 Das Origens à Conquista Cristã. ....	25
2.2.2 O Núcleo Fortificado. ....	27
2.2.3 Os Arrabaldes. ....	28
2.2.4 O Rossio e a Nova Fortificação. ....	30
2.2.5 O Declínio. ....	32
<b>3. A JUDIARIA. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA.</b> .....	51
3.1 A COMUNA DE CASTELO DE VIDE. ....	51
3.2 A JUDIARIA. ....	53
3.2.1 Sobre a Localização. ....	54
3.2.2 Sobre a Renda. ....	55
3.2.3 Sobre a Toponímia. ....	57
3.2.4 Sobre as Portas. ....	60
3.3 DELIMITAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO. ....	61
<b>4. CARACTERIZAÇÃO URBANA.</b> .....	69
4.1 MORFOLOGIA E IMAGEM URBANAS. ....	69
4.1.1 O Traçado. ....	69
4.1.2 O Construído. ....	70
4.1.3 O Vazio. ....	74
4.1.4 A Permanência das Formas Urbanas. ....	77
<b>5. CARACTERIZAÇÃO ARQUITECTÓNICA.</b> .....	103
5.1 TIPOLOGIAS HABITACIONAIS. ....	103
5.1.1 O Interior. ....	103
5.1.2 O Exterior. ....	108

5.2 EDIFÍCIOS SINGULARES. ....	114
5.2.1 A Sinagoga. ....	115
5.2.1.1 Sobre a Sinagoga de Castelo de Vide. ....	117
5.2.2 O Cemitério. ....	123
5.2.3 Os Fornos. ....	124
5.2.4 A Fonte. ....	125
5.3 A PRESENÇA JUDAICA. ....	126
<b>6. CARACTERIZAÇÃO CONSTRUTIVA. ....</b>	<b>173</b>
6.1 MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO. ....	173
6.1.1 A Pedra. ....	173
6.1.2 A Madeira. ....	174
6.1.3 Os Cerâmicos. ....	174
6.1.4 O Ferro. ....	174
6.1.5 As Argamassas. ....	175
6.1.6 As Tintas. ....	176
6.2 TÉCNICAS E SISTEMAS CONSTRUTIVOS. ....	177
6.2.1 Alvenaria em Fundações. ....	177
6.2.2 Alvenaria em Elevação. ....	178
6.2.3 Pavimentos. ....	180
6.2.4 Vãos. ....	181
6.2.5 Escada. ....	182
6.2.6 Tectos e coberturas. ....	183
6.2.7 Chaminé. ....	185
6.2.8 Revestimentos das Superfícies. ....	186
<b>PARTE II - ESTRATÉGIAS PARA A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO URBANO. ....</b>	<b>205</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO URBANO. ....</b>	<b>207</b>
7.1 UM CONCEITO TARDIO. ....	207
7.1.1 Da Origem do Conceito. ....	207
7.1.2 Da sua Evolução. ....	208
7.1.3 Da Internacionalização. ....	211
7.2 QUESTÕES ACTUAIS. ....	216
7.2.1 O Horizonte Infinito do Conceito de Património. ....	216
7.2.2 A Autenticidade. ....	217
7.2.3 A Valorização. ....	218
7.2.4 O Novo Desenho. ....	220
7.2.5 Que Estratégias de Intervenção? ....	221
7.3 O CASO PORTUGUÊS. ....	223
7.3.1 O Enquadramento Legal e Financeiro da Reabilitação. ....	224
7.3.2 Algumas Experiências de Reabilitação Portuguesas. ....	227

<b>8. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ACTUAL.</b>	231
8.1 AS INTERVENÇÕES RECENTES.	231
8.1.1 Os Novos Sistemas Construtivos.	232
8.1.2 A Nova Organização Interna.	234
8.2 CARACTERIZAÇÃO OCUPACIONAL E SOCIO-CULTURAL.	235
8.2.1 O Edificado.	236
8.2.2 A População.	239
8.2.3 A Vivência do Espaço Público.	240
<b>9. ANÁLISE DE ANOMALIAS.</b>	261
9.1 ANOMALIAS INERENTES À MORFOLOGIA.	261
9.2 ANOMALIAS CONSTRUTIVAS.	265
9.3 ANOMALIAS DE ORDEM CULTURAL.	267
<b>10. JUDIARIA DE CASTELO DE VIDE: BASES PARA A DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO.</b>	287
10.1 A ESPECIFICIDADE DO CONTEXTO LOCAL.	287
10.2 VALORES A PRESERVAR.	294
10.2.1 Valores Históricos.	294
10.2.2 Valores Socio-culturais e de Usos.	295
10.2.3 Valores Arquitectónicos e Urbanos.	296
10.3 QUE ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO?	299
10.3.1 Requalificação Habitacional.	300
10.3.2 Revitalização Funcional.	306
<b>CONCLUSÕES.</b>	321
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA.</b>	325
<b>ANEXOS</b>	
<b>Anexo 1 – Localização das Judiarias nalgumas Cidades Medievais Portuguesas.</b>	
1.1 - Guimarães.	A1
1.2 - Guarda.	A2
1.3 - Leiria.	A3
1.4 - Tomar.	A4
1.5 - Óbidos.	A5
1.6 - Torres Vedras.	A6
1.7 - Sintra.	A7
1.8 - Évora.	A8
1.9 - Silves.	A9
<b>Anexo 2 - Castelo de Vide, Elementos Gráficos Auxiliares.</b>	
2.1 - Planta Geral de Castelo de Vide.	A10
2.2 - Toponímia e Números de Polícia.	A11
2.3 - Planta Geral dos Imóveis Classificados e Áreas de Protecção.	A12

<b>Anexo 3 – Alguns Documentos Históricos referentes a Castelo de Vide.</b>	
3.1 - «Chão aforado pera sempre em castelo da vjde a mestre lourenço» .....	A13
3.2 - Carta régia confirmando João Leitão, criado de Rui Gomes da Silva, como escrivão dos feitos das sisas da Coroa e dos feitos dos judeus. ....	A14
3.3 - Carta régia de privilégio a Namão Amiz de isenção de pagamento de impostos e de prestação de serviços à Comuna e de serviços de aposentadoria. ....	A15
<b>Anexo 4 - Levantamento Populacional dos Judeus de Castelo de Vide no século XV. ....</b>	<b>A17</b>
<b>Anexo 5 - Rendimentos das Comunas de Judeus do Reino. ....</b>	<b>A19</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

### PARTE I - CARACTERIZAÇÃO DO OBJECTO

#### 1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A COMUNIDADE JUDAICA EM PORTUGAL ATÉ À EXPULSÃO

Fig. 1.1 – Mapa das comunas judaicas portuguesas. ....	21
--	----

#### 2. ENQUADRAMENTO GERAL DA VILA DE CASTELO DE VIDE

Fig. 2.1 - Vista Aérea da Vila de Castelo de Vide. ....	35
Fig. 2.2 - Enquadramento Geográfico. ....	37
Fig. 2.3 - Fotografia Aérea da Vila de Castelo de Vide. ....	39
Fig. 2.4 - Implantação da Vila Antiga. ....	41
Fig. 2.5 - Planta da Evolução do Espaço Urbano. ....	43
Fig. 2.6 - Perfil do Crescimento Urbano. ....	45
Fig. 2.7 - Nas plantas mais antigas de Castelo de Vide são representadas unicamente as estruturas defensivas. Miguel Luiz Jacob, <i>Planta da Praça de Castello de Vide</i> , GEAEM, 1755. ....	47
Fig. 2.8 - Nas plantas mais antigas de Castelo de Vide são representadas unicamente as estruturas defensivas. Pedro Folque, <i>Planta da Praça de Castello de Vide e seus Arredores</i> , GEAEM, 1818. ....	47
Fig. 2.9 - Pedro Folque, <i>Planta da Praça de Castello de Vide</i> , Arquivo Militar, 1818 (excerto). ....	49
Fig. 2.10 - Pedro Folque, <i>Planta da Praça de Castello de Vide</i> , GEAEM, 1835 (excerto). ....	49

#### 3. A JUDIARIA. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA

Fig. 3.1 - Alindam-se as janelas e sacadas para a procissão de domingo de Páscoa (Carreira de Cima). ....	65
Fig. 3.2 - O típico bolo da massa de Castelo de Vide. ....	65
Fig. 3.3 - Na manhã de sábado de Páscoa os borregos são benzidos pelo padre e vendidos em frente da igreja de Santa Maria. ....	65
Fig. 3.4 - Planta de Demarcação da Área em Estudo. ....	67

#### 4. CARACTERIZAÇÃO URBANA

Fig. 4.1- Planta de Cheio / Vazio. ....	81
Fig. 4.2 - Planta de Caracterização Urbana. ....	83
Fig. 4.3 - O relevo como elemento estruturador dos vários tecidos urbanos na zona mais antiga da vila - Castelo, encosta Sul e bairro da Fonte da Vila até à Igreja de Santa Maria (maquete de relevo G.T.L.). ....	85
Fig. 4.4 - Traçado radioconcêntrico do bairro da Fonte da Vila (maquete de relevo G.T.L.). ....	85
Fig. 4.5 - Vista Aérea do Bairro da Fonte da Vila. ....	87
Fig. 4.6 - Perfis Longitudinais. ....	89
Fig. 4.7 - Perfis Transversais. ....	91
Fig. 4.8 - <i>Rua, Fachadas, Coberturas</i> - ruinha da Judiaria. ....	93
Fig. 4.9 - <i>Quarteirão</i> - Travessa de esgotos no interior do quarteirão da rua da Fonte e do Mestre Jorge. ....	93
Fig. 4.10 - <i>Solo</i> - Pavimento de desenho com origem provavelmente medieval na rua do Mestre Jorge. ....	93
Fig. 4.11 - <i>Largo, Logradouro, Vegetação</i> - largo do Arçário. ....	93
Fig. 4.12 - <i>Monumento</i> - Fonte da Vila (século XVI). ....	93
Fig. 4.13 - Enfiamento visual para a torre de menagem a partir da rua do Mercado. ....	95
Fig. 4.14 - Enfiamento visual para a torre da igreja de Santa Maria a partir da rua Nova. ....	95
Fig. 4.15 - Enfiamento visual para a torre da igreja de Santo Amaro e panorâmica sobre a vila e Marvão a partir da rua da Fonte. ....	95
Fig. 4.16 - Panorâmica sobre a envolvente rural a partir da ruinha da Judiaria. ....	95
Fig. 4.17 - Vista SE de Castelo de Vide no século XVI, segundo desenho de Duarte d'Armas. ....	97
Fig. 4.18 - Vista SE nos finais do século XIX. É de notar uma imagem urbana mais rural, com as fachadas sem os trabalhos decorativos que hoje apresentam e as empenas não caídas; à esquerda vê-se a continuidade da muralha setecentista antes de ser rompida pela estrada de circunvalação. ....	97
Fig. 4.19 - «Vista do castello e antiga povoação» num postal da primeira metade da década de 20. ....	97
Fig. 4.20 - «Balneário» e encosta do bairro da Fonte da Vila num postal de 1948. Em primeiro plano o edifício das Termas e a estrada de circunvalação. ....	97
Fig. 4.21 - Encosta do bairro da Fonte da Vila, vista actual. ....	97
Fig. 4.22 - Largo da Fonte da Vila numa fotografia dos finais do século XIX. ....	99

Fig. 4.23 - Largo da Fonte da Vila num postal da primeira metade da década de 20. É de realçar o trabalho decorativo da fonte que desapareceu poucos anos depois; e a marcação do cunhal no imóvel de gaveto, provavelmente, na tentativa de aproximação ao desenho mais elaborado das casas do largo da Fonte da Vila. ....	99
Fig. 4.24 - Largo da Fonte da Vila num postal de cerca de 1929. Gradualmente as janelas de guilhotina foram sendo substituídas. ....	99
Fig. 4.25 - Largo da Fonte da Vila, vista actual. ....	99
Fig. 4.26 - Rua da Fonte com a torre de menagem ao fundo num postal de 1943/44. ....	101
Fig. 4.27 - Vista actual da Rua da Fonte. ....	101
Fig. 4.28 - «Aspecto parcial do casario» (encosta da Torinha) num postal de 1943/44. ....	101

## 5. CARACTERIZAÇÃO ARQUITECTÓNICA

Fig. 5.1 - Planta de Caracterização Arquitectónica. ....	129
Fig. 5.2 - Planta do Número de Pisos. ....	131
Fig. 5.3 - Habitação Corrente - Raiz Medieval (rua da Judiaria 17, 19). ....	133
Fig. 5.4 - Habitação Corrente - Raiz Medieval (rua da Judiaria 17, 19). ....	135
Fig. 5.5 - Relação Urbano-Arquitectónica e Tipologias. ....	137
Fig. 5.6 - Palacete - Séculos XVII - XVIII (rua Nova, 24). ....	139
Fig. 5.7 - A ambivalência funcional da habitação corrente reflecte-se na assimetria das fachadas, com a sequência das portas largas de acesso à loja e estreitas de acesso ao piso habitacional (rua da Fonte). ....	141
Fig. 5.8 - O palacete burguês da rua Nova demarca-se claramente na área pela sua linguagem arquitectónica mais erudita. ....	141
Fig. 5.9 - As habitações burguesas assumem por vezes a escala das correntes, decompostas em pequenos volumes (largo da Fonte da Vila). ....	141
Fig. 5.10 - As fachadas traduzem uma hierarquia compositiva e evolutiva, com um embasamento, um piso intermédio de importância marcadamente assumida e um remate dado pelo último piso, de dimensões mais pequenas quer no pé-direito quer nos vãos (largo da Fonte da Vila). ....	143
Fig. 5.11 - A marcação individual dos lotes reflecte uma atitude mais recente e puramente estética (rua do Mestre Jorge). ...	143
Fig. 5.12 - Por vezes, em situações devolutas, um branco contínuo de cal agrupa ainda vários lotes (rua do Mercado). ....	143
Fig. 5.13 - Nos alçados posteriores não se acusam socos, pilastras ou cimalkhas e os pequenos vãos não têm molduras (traseiras da rua do Mestre Jorge). ....	143
Fig. 5.14 - Paleta Actual de Cores Tradicionais. ....	145
Fig. 5.15 - A sequência porta larga - porta estreita marca um ritmo de vazio no piso térreo (rua do Arçário). ....	147
Fig. 5.16 - Porta principal do palacete dos séculos XVII/XVIII na rua Nova. ....	147
Fig. 5.17 - Porta larga e porta estreita da tipologia de raiz medieval com vergas rectas (rua Nova). ....	147
Fig. 5.18 - Porta larga da tipologia de raiz medieval em arco ogival de cantaria de granito (rua do Mestre Jorge). ....	147
Fig. 5.19 - Porta de verga recta com cantaria de granito chanfrada e caiada (largo do Arçário). ....	149
Fig. 5.20 - Sem imposições de ordem funcional, o tipo e disposição das janelas no alçado é mais livre do que nas portas (rua do Arçário). ....	149
Fig. 5.21 - Pequena janela de duas folhas de abrir para fora, uma tipologia comum no último piso (rua do Mercado). ....	149
Fig. 5.22 - Janela com cantaria em arco ogival e cachorros encastrados (ruinha da Judiaria). ....	149
Fig. 5.23 - Diversos modelos de chaminés de fumo presentes na área. Telhados de uma e duas águas em telha lusa ou mourisca. ....	151
Fig. 5.24 - Diversos modelos de chaminés de fumo presentes na área. Telhados de uma e duas águas em telha lusa ou mourisca. ....	151
Fig. 5.25 - Diversos modelos de chaminés de fumo presentes na área. Telhados de uma e duas águas em telha lusa ou mourisca. ....	151
Fig. 5.26 - Diversos modelos de chaminés de fumo presentes na área. Telhados de uma e duas águas em telha lusa ou mourisca. Chaminé de fumo ainda com vestígios de pintura decorativa a vermelho. ....	151
Fig. 5.27 - Ao fundo, na parede Nascente, situa-se o <i>ehal</i> contendo os rolos da <i>Torah</i> (Sinagoga Portuguesa de Amsterdão, século XVII). ....	153
Fig. 5.28 - Aspecto da <i>Tebah</i> sobre a qual se lê a Lei (Sinagoga Portuguesa de Amsterdão, século XVII). ....	153
Fig. 5.29 - <i>Tebah</i> localizada no peristilo central formado por quatro colunas (sinagoga de Tomar, século XV). ....	155
Fig. 5.30 - Rolos da <i>Torah</i> . ....	155
Fig. 5.31 - <i>Ehal</i> encastrado na parede nascente e galeria das mulheres no piso superior (sinagoga del Tránsito em Toledo, medieval). ....	155
Fig. 5.32 - <i>Ehal</i> aberto com os rolos da <i>Torah</i> no interior (sinagoga de Lisboa, século XX). ....	155
Fig. 5.33 - Decoração com motivos geométricos e vegetalistas (sinagoga de Santa Maria la Blanca em Toledo, medieval). ..	155
Fig. 5.34 - Exterior da Sinagoga de Valência de Alcântara (Espanha). ....	157



Fig. 5.35 - Exterior da Sinagoga de Bayonne (França). .....	157
Fig. 5.36 - Exterior da Sinagoga del Tránsito em Toledo, actualmente o Museu Sefardí (Espanha). .....	157
Fig. 5.37 - Exterior da Sinagoga Portuguesa de Amesterdão (Holanda). .....	157
Fig. 5.38 - Sinagoga Medieval (?) - (rua da Judiaria, 6, 8 e 10). .....	159
Fig. 5.39 - Aspecto do imóvel em 1969 antes das obras descritas por Diamantino Sanches Trindade. ....	161
Fig. 5.40 - Vista actual da presumível sinagoga medieval. Fechou-se a porta de verga recta e desentapou-se a outra porta ogival. ....	161
Fig. 5.41 - Desenho esquemático das obras efectuadas segundo as descrições de Diamantino Sanches Trindade. ....	161
Fig. 5.42 - <i>Pilheira</i> encastrada na parede num edificio da rua do Mercado. ....	163
Fig. 5.43 - <i>Pilheira</i> encastrada na parede num edificio da rua de Santo Amaro. ....	163
Fig. 5.44 - <i>Pilheira</i> encastrada na parede num edificio da rua do Mestre Jorge. ....	163
Fig. 5.45 - <i>Tabernáculo</i> da antiga sinagoga? .....	163
Fig. 5.46 - Forno Comunitário - Raiz Medieval (rua do Mercado 105, 107). ....	165
Fig. 5.47 - Forno comunitário na rua do Mercado nº 105-107. ....	167
Fig. 5.48 - Forno comunitário na rua do Mestre Jorge nº 32. ....	167
Fig. 5.49 - Complemento à habitação - celeiro no largo da Fonte da Vila nº 8-9. ....	167
Fig. 5.50 - <i>Bairro Judio-gótico</i> de Valência de Alcântara situada perto da fronteira com Portugal. ....	169
Fig. 5.51 - Aspecto do antigo bairro judaico de Bayonne (França), onde as construções são semelhantes ao restante aglomerado. ....	169
Fig. 5.52 - Em Castelo de Vide a existência da porta estreita-porta larga está presente na totalidade do aglomerado intramuros, do Castelo às Encruzilhadas (rua Miguel Ferreira, séculos XVII/XVIII). ....	169
Fig. 5.53 - Ranhuras da <i>Mezuzah</i> em várias cantarias de granito (sinagoga). ....	171
Fig. 5.54 - Portas ogivais no interior de habitações com a ranhura da <i>Mezuzah</i> na cantaria de granito da ombreira direita (rua da Judiaria nº 9-11). ....	171
Fig. 5.55 - Ranhuras da <i>Mezuzah</i> em várias cantarias de granito (rua da Fonte nº 41-43). ....	171
Fig. 5.56 - Portas ogivais no interior de habitações com a ranhura da <i>Mezuzah</i> na cantaria de granito da ombreira direita (rua da Judiaria nº 13-15). ....	171
Fig. 5.57 - Ranhuras da <i>Mezuzah</i> em várias cantarias de granito (rua da Judiaria nº 13-15). ....	171

## 6. CARACTERIZAÇÃO CONSTRUTIVA

Fig. 6.1 - As escadas que sobem ao primeiro piso habitacional são em cantaria de granito. ....	189
Fig. 6.2 - Fragmentos irregulares de xisto e granito argamassados constituem as alvenarias da área. ....	189
Fig. 6.3 - A reutilização de cantarias é usual ainda que com funções diferentes da original - degraus constituídos por ombreiras chanfradas. ....	189
Fig. 6.4 - As cantarias de granito dos vãos são por vezes trabalhadas decorativamente (rua da Judiaria). ....	189
Fig. 6.5 - As cantarias de granito dos vãos são por vezes trabalhadas decorativamente (rua Nova). ....	189
Fig. 6.6 - Nos interiores, a madeira é utilizada em pavimentos, escadas, guardas, portas e estrutura da cobertura. ....	191
Fig. 6.7 - Madres, varas e ripas para assentamento das telhas do telhado. ....	191
Fig. 6.8 - Janela de guilhotina e portada interior. ....	191
Fig. 6.9 - Porta de duas folhas, janela com portada de postigo e padieira (rua do Mercado). ....	191
Fig. 6.10 - Tijolo burro utilizado nas paredes divisórias interiores e nas chaminés. ....	193
Fig. 6.11 - Cobertura em telha de canudo com caleira em manilhas de grês na substituição da tradicional em telha de canudo. ....	193
Fig. 6.12 - Pavimento executado com ladrilhos cerâmicos. ....	193
Fig. 6.13 - Exemplos de ferro forjado presentes na área. Guardas de sacada na rua Nova. ....	195
Fig. 6.14 - Exemplos de ferro forjado presentes na área. Guardas de sacada no largo da Fonte da Vila. ....	195
Fig. 6.15 - Exemplos de ferro forjado presentes na área. Guardas de sacada no largo da Fonte da Vila. ....	195
Fig. 6.16 - Caleiras da Escusa - aspecto da frente de desmonte do calcário. ....	197
Fig. 6.17 - Caleiras da Escusa - um dos nove fornos de cal existentes na Escusa. ....	197
Fig. 6.18 - As paredes portantes são construídas em alvenaria de pedra ordinária argamassada com barro, cal e areia. ....	199
Fig. 6.19 - Arco de ressalva executado com material cerâmico para libertar a verga da carga excessiva da alvenaria. ....	199
Fig. 6.20 - Pavimentos em solho corrido sobre barrotes de madeira encastrados nas alvenarias de pedra caiadas. ....	199
Fig. 6.21 - Chaminé de fumeiro construída com panos de tijolo burro, pavimento e boneca em granito e verga de castanho caiada. ....	201
Fig. 6.22 - Cunhal em alvenaria de pedra ordinária revestido a reboco de simulação de cantaria. ....	201
Fig. 6.23 - Cobertura em telhado com forro de baldosas sobre as varas. ....	201

Fig. 6.24 - Camadas sobrepostas de cal num paramento que já foi ocre e vermelho. ....	201
Fig. 6.25 - Rebocos decorativos nas vergas e aventais das janelas do primeiro piso (rua Nova). ....	203
Fig. 6.26 - Janela com trabalho decorativo de "raspado" (rua de Santa Maria de Baixo). ....	203
Fig. 6.27 - Peneira, talocha e colheres para execução dos rebocos. ....	203

## PARTE II - ESTRATÉGIAS PARA A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO URBANO

### 8. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ACTUAL

Fig. 8.1 - Planta do Grau de Alteração Exterior e Interior dos Sistemas Construtivos. ....	245
Fig. 8.2 - Planta do Cadastro. ....	247
Fig. 8.3 - Planta de Funções. ....	249
Fig. 8.4 - Planta do Regime de Ocupação dos Fogos. ....	251
Fig. 8.5 - Planta de Condições de Habitabilidade dos Fogos. ....	253
Fig. 8.6 - Planta do Estado de Conservação. ....	255
Fig. 8.7 - Planta de Circulações. ....	257
Fig. 8.8 - Algumas actividades domésticas acontecem na rua, num universo quase exclusivamente feminino (rua do Mestre Jorge). ....	259
Fig. 8.9 - No final da tarde os vizinhos conversam à porta das suas casas (rua da Fonte). ....	259

### 9. ANÁLISE DE ANOMALIAS

Fig. 9.1 - Planta de Anomalias. ....	273
Fig. 9.2 - Degradação generalizada dos vários elementos construtivos - cobertura, vãos e revestimentos dos paramentos. ....	275
Fig. 9.3 - Degradação dos revestimentos dos paramentos: fissuração dos rebocos por assentamento diferencial de fundações e concentração de cargas, destacamento dos rebocos, remendos de cimento, ataque biológico e pequenas herbáceas; manchas, fendilhação e destacamento das pinturas. ....	275
Fig. 9.4 - Degradação dos revestimentos dos paramentos: fissuração dos rebocos por assentamento diferencial de fundações e concentração de cargas, destacamento dos rebocos, remendos de cimento, ataque biológico e pequenas herbáceas; manchas, fendilhação e destacamento das pinturas. ....	275
Fig. 9.5 - Cantaria de granito erodida com fracturação da verga e juntas preenchidas com argamassa de cimento. ....	275
Fig. 9.6 - Degradação dos revestimentos dos paramentos: fissuração dos rebocos por assentamento diferencial de fundações e concentração de cargas, destacamento dos rebocos, remendos de cimento, ataque biológico e pequenas herbáceas; manchas, fendilhação e destacamento das pinturas. ....	275
Fig. 9.7 - A substituição das escadas tradicionais em cantaria de granito por umas modernas em betão revestidas a mármore é um desejo muito frequente dos particulares. ....	277
Fig. 9.8 - A substituição das escadas tradicionais em cantaria de granito por umas modernas em betão revestidas a mármore é um desejo muito frequente dos particulares. ....	277
Fig. 9.9 - Reboco e pintura do paramento inadequados com cor e textura dissonantes (rua da Fonte). ....	279
Fig. 9.10 - Reboco e pintura do paramento inadequados com cor e textura dissonantes (rua da Fonte). ....	279
Fig. 9.11 - O "endireitar" dos rebocos de cimento torna reentrantes as cantarias de granito (rua do Mestre Jorge). ....	279
Fig. 9.12 - A personalização do edificado leva à marcação de pilastras onde não existiam antes (largo da Fonte da Vila). ....	279
Fig. 9.13 - O valor atribuído às cantarias ogivais dá origem a mimetismos recentes executados em argamassa (ruinha da Judiaria). ....	281
Fig. 9.14 - Reboco de cimento "desempenado", pintura com tinta plástica com um amarelo longe do ocre tradicional e portadas exteriores em alumínio termolacado (rua do Mestre Jorge). ....	281
Fig. 9.15 - As vergas decorativas requerem uma pintura contrastante com a da parede e, neste caso, provavelmente a imitar a cantaria (rua Nova). ....	281
Fig. 9.16 - A instalação aérea das redes de electricidade e telefones é significativamente prejudicial para a imagem urbana (rua do Mercado). ....	281
Fig. 9.17 - A instalação de contadores na fachada é feita sem o mínimo de integração. ....	281
Fig. 9.18 - Tem sido corrente a transformação da porta larga da tipologia de raiz medieval em janela ou em porta de garagem, quando é supérflua em termos funcionais (rua da Fonte). ....	283
Fig. 9.19 - Tem sido corrente a transformação da porta larga da tipologia de raiz medieval em janela ou em porta de garagem, quando é supérflua em termos funcionais (rua da Fonte). ....	283
Fig. 9.20 - Tem sido corrente a transformação da porta larga da tipologia de raiz medieval em janela ou em porta de garagem, quando é supérflua em termos funcionais (rua do Mercado). ....	283
Fig. 9.21 - No interior do quarteirão os edifícios crescem em pequenos volumes de desenho descontrolado (traseiras do largo da Fonte da Vila). ....	285

Fig. 9.22 - Habitação "recuperada" recentemente com paramentos em aresta viva e cantarias de desenho duvidoso (rua da Fonte). .....	285
Fig. 9.23 - A nova arquitectura não se integra na envolvente em termos de escala e composição (rua do Mercado). .....	285
Fig. 9.24 - A inadequação do desenho arquitectónico na sua composição, materiais e cor num edifício construído de raiz após emparcelamento com o lote traseiro da rua da Fonte (rua do Mestre Jorge). .....	285
Fig. 9.25 - Excesso de volumetria num imóvel com o quarto piso recuado e um terraço coberto (rua da Judiaria). .....	285
<b>10. JUDIARIA DE CASTELO DE VIDE: ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO</b>	
Fig. 10.1 - Planta de Imóveis Classificados e Áreas de Protecção. ....	313
Fig. 10.2 - Planta de Estratégias de Intervenção. ....	315
Fig. 10.3 - Valores históricos, socio-culturais, de usos, urbanos e arquitectónicos. ....	317
Fig. 10.4 - Jarro de faiança alemã do tipo « <i>Homem Barbudo</i> » proveniente da Alemanha (séc. XVI) - rua da Judiaria nº 1 e 3	319
Fig. 10.5 - 1/2 real de D. João I (frente e verso) - sinagoga. ....	319
Fig. 10.6 - 1/2 real de D. João I (frente e verso) - sinagoga. ....	319
Fig. 10.7 - Ceitel de D. Afonso V (frente e verso) - sinagoga. ....	319
Fig. 10.8 - Ceitel de D. Afonso V (frente e verso) - sinagoga. ....	319
Fig. 10.9 - Três pratos em cerâmica vidrada de cor branca e azul e escudela - sinagoga. ....	319
Fig. 10.10 - Fivela, carimbo em forma de coelho, passador em T, fivela - sinagoga. ....	319
Fig. 10.11 - Três tijelas em cerâmica vidrada de cor branca e azul e escudela - sinagoga. ....	319
Fig. 10.12 - Cabeça antropomórfica, crucifixo, medalhas com imagens religiosas católicas, imagem religiosa em cerâmica - sinagoga. ....	319

## INTRODUÇÃO

### JUDIARIA DE CASTELO DE VIDE: CONSERVAR O QUÊ, PORQUÊ E COMO ?

A Judiaria de Castelo de Vide constitui um apaixonante tema de investigação, não só pela qualidade e valor do objecto enquanto conjunto urbano, mas também pela temática judaica a que está associado, a qual, de um modo geral, se encontra ainda mal estudada no nosso país.

Apesar do acréscimo de interesse que tem vindo progressivamente a revelar-se pela realidade judaica, poucos são os estudos referentes às diversas comunidades e ainda menos os que incidem sobre a sua *espacialidade*, entrosando a História com o Urbanismo e a Arquitectura. Desconhece-se, ainda hoje, o papel que estas comunidades possam ter tido na construção de uma especificidade urbanística nacional quer no território continental, quer em lugares tão distantes como o norte da Europa, o Brasil ou a Índia, onde se estabeleceram após a Expulsão.

De facto, os estudos realizados sobre as comunas judaicas portuguesas, focam-nas essencialmente de um ponto de vista histórico, dando-nos a conhecer, por exemplo, o poder socio-económico da comunidade no contexto global da localidade, as suas famílias mais importantes, os principais acontecimentos ocorridos, etc., não indo além de um “apalpar” da sua judiaria, sinagoga e restantes equipamentos urbanos.

Também a arqueologia judaica parece estar agora a dar os primeiros passos no nosso país, não propriamente com espólio verdadeiramente específico (como o que tem sido encontrado em Espanha), mas pelo menos no interesse que o tema já suscita<sup>1</sup>.

A verdade é que o espaço físico judaico permanece ainda assim muito desconhecido e dado que muito dele foi destruído ou reocupado, restaram em muitos casos unicamente as certezas documentais num contexto espacial que já não corresponde ao medievo.

Contrariamente, em Castelo de Vide, a falta de documentação histórica não anulou alguns vestígios dessa presença judaica, num espaço que, continuamente habitado e resultante de factores morfológicos e vicissitudes históricas, soube manter

---

<sup>1</sup> Veja-se a inclusão do tema Arqueologia Judaica no 3º Congresso de Arqueologia Peninsular que se realizou em Vila Real, no mês de Setembro do presente ano.

durante séculos a sua estrutura urbana, fazendo perdurar até hoje inúmeras características urbanas e arquitectónicas da época medieval.

Perceber como viveu uma comunidade no tempo e no espaço, é pois uma tarefa de investigação continuada e o património que esta nos legou assume uma expressão sem dúvida mais abrangente. A exiguidade da documentação histórica dificulta a compreensão do espaço dessa vivência e o rigor científico da sua delimitação; no entanto, não retira em nada a intensidade emocional com que se percorre este espaço surpreendente e orgânico, acrescentando-a até com a sedução de um mistério eternamente por desvendar: terá sido verdadeiramente aqui a Judiaria?...

A esta dúvida juntam-se histórias de tradição oral, como a do rabi que pendurava os panos nos cachorros da sua janela, da parteira que dava a vida e a morte à comunidade, do *arçário* que guardava na arca os dinheiros da comuna...ou mesmo da tradição das badaladas que hoje se ouvem ao fim do dia como uma reminiscência do recolher obrigatório dos judeus. Histórias que se contam à porta de casa, sentados à sombra nos poiais, entre sorrisos e cumplicidades com quem quer saber um pouco mais e «*olhe, era ali a casa do rabi!*».

Porque a componente do património *intangível* é tão importante como a do físico, quando se quer conservar um *património vivo e evolutivo* é também urgente caracterizá-la e ter em consideração esse valor que urge igualmente preservar.

Deste modo, como metodologia de trabalho estruturámos este estudo em duas partes, pretendendo-se, na primeira, caracterizar fisicamente a Judiaria nas suas componentes histórica, urbana, arquitectónica e construtiva, considerando-se como objecto de estudo o conjunto urbano delimitado; na segunda parte, abordaram-se as questões da conservação do património urbano, analisando-se o objecto na sua situação actual, nas vertentes socio-culturais e ocupacional e nos valores e anomalias que possui, com vista a formular estratégias de intervenção adequadas à salvaguarda deste património.

Para uma melhor compreensão da realidade que marcou esta Judiaria reflectiu-se, primeiramente, sobre o papel que a comunidade judaica desempenhou no Portugal pré-Expansão; como viviam os judeus de então, como se organizavam, o que produziam, etc. e que factores foram decisivos na criação do contexto político que determinou a sua expulsão, conversão e futura integração.

Atendendo à importância que os factores naturais e históricos detêm nos processos de ocupação e evolução urbanas, procurou-se saber, para Castelo de Vide, as

razões da sua implantação no sítio e da sua evolução urbana até ao presente, essenciais para a compreensão da situação actual da vila e, em particular, deste conjunto urbano.

Tratando-se de uma Judiaria tornou-se imprescindível, para a delimitação da área em estudo, a recolha e análise das informações históricas até hoje investigadas acerca da comunidade judaica da vila, os seus judeus, as suas actividades e o espaço onde viveram. A expulsão dos judeus em 1496 e a sua conversão forçada terão marcado definitivamente este espaço e o seu posterior desenvolvimento, habitado a partir de então pelas duas cristandades, a velha e a nova recém-criada.

O estudo do espaço urbano, deste surpreendente tecido *enconchado* na encosta, incidiu na caracterização da articulação e cumplicidade dos vários elementos morfológicos, estruturantes e definidores das relações cheio/vazio. Compreender a morfologia urbana deste tecido envolveu também a análise da sua evolução no tempo, de acordo com os processos históricos de crescimento ou regressão, explicativos da persistência das formas urbanas.

Uma tipologia arquitectónica é predominante nesta área quase exclusivamente residencial: a habitação corrente de raiz medieval. Interior como exteriormente um conjunto de características arquitectónicas repete-se, com algumas variantes, por todo este espaço urbano, o que lhe confere uma grande homogeneidade e, ao mesmo tempo, uma leitura clara da sua evolução temporal.

Analisaram-se igualmente outras tipologias presentes na área, de construção mais tardia ou de funções diferenciadas, como a sinagoga e os fornos comunitários. Abordando as características arquitectónicas deste conjunto urbano, procurou-se igualmente saber da sua especificidade judaica, confrontando-se com outros espaços judaicos e evidenciando-se os vestígios físicos que ainda hoje se encontram da sua presença neste local.

Atendendo às relações particulares que se estabelecem entre as arquitecturas e os materiais que as conformam fez-se uma aproximação mais pormenorizada a estas construções, caracterizando os diversos materiais nelas empregues e as técnicas e sistemas construtivos que edificaram este conjunto urbano.

Para a definição de estratégias de intervenção na área considerou-se imprescindível, como suporte teórico das propostas a elaborar, ponderar sobre as questões que actualmente se colocam à conservação do património urbano, pelo que se elaborou uma síntese histórica desde as origens tardias deste conceito até

aos nossos dias, concretizando, para o caso português, com algumas experiências ainda em curso.

Do mesmo modo, se assumiu como necessário o aprofundar do conhecimento da situação actual da área, abordando quer as mais recentes intervenções arquitectónicas sobre este conjunto urbano, quer as suas componentes ocupacional e socio-cultural, quer ainda as anomalias que, derivadas de ambas, actualmente possui.

Tendo em conta que um núcleo urbano histórico é também um organismo vivo (e que assim se pretende que continue), procurou-se compreender, por um lado, o processo de transformação recente do edificado e, por outro, a população local, no seu grau de enraizamento e satisfação relativamente ao bairro, bem como o tipo de ocupação que hoje se processa neste espaço urbano.

A tendência evolutiva que a área revela no que respeita à perda de vitalidade funcional e à descaracterização do tecido social, tem igualmente correspondência na sua componente física. Particularmente responsáveis pela qualidade habitacional e da imagem urbana, foram detectadas diversas anomalias físicas: quer as resultantes da morfologia urbana e tipologias arquitectónicas, quer as de carácter construtivo pela degradação dos materiais, quer ainda as de ordem cultural, reflexo da nova cultura do espaço, tendente à uniformização do território.

As relações de interdependência que este espaço estabelece com a restante envolvente consolidada, justificam que o seu desenvolvimento futuro seja compreendido numa perspectiva mais abrangente. Deste modo, reflectiu-se sobre a área enquanto inserida numa perspectiva mais vasta à escala da vila inteira, na sua especificidade própria, no modo como lida com o património e nos processos vigentes da sua degradação e descaracterização<sup>2</sup>.

Após o conhecimento aprofundado que a caracterização deste núcleo urbano possibilitou, equacionaram-se os valores que actualmente possui: valores históricos, socio-culturais, de usos, urbanos e arquitectónicos e o porquê da sua preservação; com o objectivo de potenciar esses mesmos valores e corrigir as anomalias, pretenderam-se, por fim, estabelecer estratégias de intervenção para a área, numa perspectiva de conservação integrada.

---

<sup>2</sup> Para o conhecimento da realidade castelovidense e das dificuldades de implementar a conservação do seu património como eixo estratégico de desenvolvimento futuro, contribuiu grandemente o contacto quotidiano proporcionado pela minha integração na equipa do G.T.L. no último ano.

## **PARTE I - CARACTERIZAÇÃO DO OBJECTO**





# 1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A COMUNIDADE JUDAICA EM PORTUGAL ATÉ À EXPULSÃO

Ainda que não se saiba ao certo em que altura chegaram à Península Ibérica os primeiros judeus, a sua presença nos reinos da *Sefarad*<sup>1</sup> é uma constante desde tempos recuados. O mais antigo vestígio ibérico, identificado em Abdera, data do século III d.C., enquanto a lápide funerária com a *menorah* (candelabro de sete braços) encontrada em Mértola faz remontar ao século V a sua presença em Portugal<sup>2</sup>.

Os judeus portugueses foram desde os primórdios da nacionalidade protegidos e considerados pelos nossos reis, tendo ocupado cargos importantes na corte, como conselheiros, financeiros e físicos, dada a cultura e riqueza que possuíam<sup>3</sup>.

Considerados naturais do reino, constituíram-se em comunidades próprias, as *comunas*. Apesar de estarem sujeitos às leis gerais do reino, possuíam uma autonomia administrativa e judicial, bem como liberdade de ensino e culto religioso nos seus templos. Contudo, esta autonomia saía-lhes cara, pesados que eram os tributos que pagavam ao rei, ao qual pertenciam e do qual recebiam protecção, dado que eram uma das suas fontes de rendimento<sup>4</sup>.

Protegidos por Roma, que respeitava o pluralismo religioso e totalmente dependentes da política governativa de cada rei, durante quase quatro séculos a sua coexistência no seio da maioria cristã foi pacífica, quando comparada com outros reinos europeus na mesma época, perturbada apenas pontualmente, quando factores de origem externa criaram situações de alguma instabilidade no reino. De facto, em Portugal, mais do que num espírito de intolerância religiosa, o ódio ao judeu manifestava-se ao nível do poder e da economia, cuja supremacia não podia ser tolerada na estrutura mental cristã vigente.

<sup>1</sup> Designa-se por *Sefarad* o território da Península Ibérica. Os judeus oriundos da *Sefarad* são chamados *sefarditas*, distinguindo-se do grupo de judeus *askenazim*, provenientes do norte da Europa, por uma cultura diferenciada e mantendo ambos congregações separadas.

<sup>2</sup> Cf. Carmen Balesteros; Jorge, Oliveira, *A Judiaria e a Sinagoga de Castelo de Vide*, Sep. de Ibn Maruán, *Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº3, C. M. Marvão, 1993, p. 5.

<sup>3</sup> Sobre a comunidade judaica em Portugal e o seu enquadramento no contexto histórico que determinou a sua expulsão e baptismo forçado nos finais do século XV, veja-se a obra fundamental de Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, 2 vols., U.N.L., Lisboa, 1982.

Vejam-se também sobre o tema outros estudos mais recentes da mesma autora como *Judaísmo e Inquisição*, 1ª ed., Editorial Presença, Lisboa, 1987; ou *Los Judios en Portugal*, Mapfre, Madrid, 1992; e ainda, Aida Gisela das Neves Faria, *Análise Socio-económica das Comunas Judaicas em Portugal (1439-1496)*, Faculdade de Letras, Lisboa, 1963; Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, *Os Judeus Portugueses entre os Descobrimientos e a Diáspora*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1994; *Oceanos, Diáspora e Expansão, Os Judeus e os Descobrimientos Portugueses*, nº29, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Jan.-Mar. 1997.

<sup>4</sup> A sua sujeição ao soberano é tal que os reis portugueses se lhes referiam como «os meus judeus». Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, *ob. cit.*, p.24.

O equilíbrio, porém, degradou-se progressivamente ao longo do século XV, à medida que foi crescendo um sentimento antijudaico entre a população, agravado com a vinda dos judeus e conversos castelhanos expulsos de Espanha e com os diversos focos epidémicos que se acenderam, para culminar com o Édito de Expulsão em 1496.

### 1.1 A COMUNA

A estrutura hierarquizada do poder na comunidade judaica constituía um sistema paralelo e muito semelhante ao existente na maioria cristã<sup>5</sup>.

No topo da pirâmide existia o *rabi-mor*, o mais alto magistrado judeu, normalmente um cortesão, privado do rei, que devido às suas riqueza e cultura era escolhido por este, como representante da minoria judaica na corte. Semelhante ao corregedor da corte cristão, a ele competia desembargar os casos recorrentes das comunas e a convocação destas para as assembleias gerais, na maior parte dos casos devido à aplicação dos impostos.

Do *rabi-mor* dependia a nomeação dos seus *ouvidores*, bons conhecedores do *Talmud*, a lei por que se regiam: o permanente, com o qual despachava na corte e os outros, representando cada comarca do país, com os quais despachava *in loco*.<sup>6</sup> Faziam também parte do *arrabiado-mor* e das ouvidorias os chanceleres, porteiro e escrivão.

Na base da pirâmide estava então a *comuna*, correspondente ao concelho cristão, possuindo a sua câmara de vereação, o seu tribunal e os seus magistrados próprios, dos quais o principal era designado por *rabi menor* (juiz).

Regra geral, cada comuna elegia dois rabis menores, três vereadores e dois procuradores, embora o seu número pudesse variar consoante a importância e densidade populacional da comunidade. Igualmente função destes factores era a maior ou menor complexidade do restante funcionalismo público: o tesoureiro, o almotacé, o escrivão, o tabelião, o taxador e repartidor dos pedidos e taxas, o recebedor das rendas, etc.

A câmara de vereação, ou *beth Ha-Kenesseth*, tinha a seu cargo a administração dos bens da comunidade, rendas e dinheiros, zelando e contribuindo para o bom funcionamento do ensino e da assistência aos pobres e para a conservação dos

---

<sup>5</sup> Cf. Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. I, U.N.L., Lisboa, 1982, pp. 107-117.

<sup>6</sup> Em 1412 D. João I fixa 7 ouvidorias, localizadas no Porto, Torre de Moncorvo, Viseu, Covilhã, Santarém, Évora e Faro. *Ibidem*, p.108.

edifícios públicos. Reunindo-se na sinagoga, a ela presidiam os rabis menores, os vereadores, os procuradores e os homens-bons e, ao longo do séc.XV, também dois representantes dos mesterais.

Ao tribunal da comuna, ou *beth-din*, competia julgar em primeira instância todos os casos. Era formado pelos rabis menores (com poder para aplicar multas, castigos corporais, degredo ou excomunhão) e pelos vereadores, reunindo-se igualmente na sinagoga. Sempre que eram réus, os judeus eram julgados segundo o direito talmúdico, quer a vítima fosse igualmente um judeu quer fosse um cristão, em qualquer das instâncias a que o réu podia apelar: do rabi menor para o rabi-mor e deste para o rei.

Este direito, como tantos outros, vinha salvaguardado nas *cartas de privilégio*, concedidas pelo monarca às diversas comunas do reino. Nelas se definia o estatuto das comunas, estipulando os direitos e liberdades que assistiam a esta minoria. Eram direitos que assistiam ao judeu, por exemplo, o uso da língua hebraica, o habitar e circular livremente no reino, o professar a sua religião, o organizar-se administrativamente e judicialmente segundo as suas leis e, de acordo com elas e as suas tradições, casar, trabalhar, ensinar, enterrar os seus mortos, etc..

As comunas eram a base da organização social desta minoria, englobando não só o espaço físico onde viviam os judeus - as *judiarias* -, mas também o conjunto de autoridades que regiam a comunidade. Assim, uma comuna podia possuir mais do que um bairro judaico, como era o caso de Lisboa com as suas três judiarias: a grande ou velha, a pequena ou nova e a de Alfama.

Em Portugal as comunas espalharam-se por todo o reino, tendo proliferado ao longo do séc. XV<sup>7</sup>. A sua localização incidu especialmente quer nos centros urbanos - pela facilidade dos judeus se constituírem em comunidades autónomas à volta de uma sinagoga e aí desenvolverem as suas actividades (nomeadamente mercantis) - quer nas localidades fronteiriças, onde as trocas comerciais com Castela favoreceram igualmente a sua implantação.

Lisboa possuía a maior comuna do reino, seguida de Évora. As comunas podiam alargar a sua área de influência a localidades mais pequenas, cujo reduzido número de habitantes não justificava uma estrutura organizativa independente. Assim, um número mínimo de 10 homens adultos (maiores de 14 anos) permitia o

---

<sup>7</sup> Veja-se na figura 1.1 o mapa da distribuição das comunas de judeus no território nacional.

estabelecimento de uma sinagoga, embora não de uma comuna, passando a comunidade a depender da comuna mais próxima<sup>8</sup>.

Vivendo inicialmente misturados entre a cristandade e geralmente nas ruas de maior tráfego comercial, a residência dos judeus é fixada por D. Pedro I (1357-1367) exclusivamente a arruamentos ou bairros próprios, as *judiarias*. O seu encerramento por portas entre o pôr e o nascer do sol, visava essencialmente a restrição do convívio íntimo entre as gentes dos dois credos, uma vez que o casamento misto era proibido.

Contudo, esta medida não terá sido prontamente posta em prática em todas as judiarias do reino, dado que ao tempo de D. João II (1481-1495) ainda se registaram pedidos de apartamento de algumas. Por outro lado, nalgumas comunas os bairros não comportavam já o crescimento da população judaica, pelo que iam sendo acrescentados ou criados novos, ou, nalguns casos, era dada a permissão aos judeus de alugarem casas na cristandade.

A localização das judiarias ficava normalmente dentro das cercas muralhadas do concelho, embora fora da cerca velha ou moura e junto às suas portas, como aconteceu por exemplo em Évora, Lisboa ou Guarda<sup>9</sup>.

A *sinagoga* era o centro cívico e religioso da comunidade judaica. Nela se reunia o tribunal e a câmara de vereação, para além da sua função como templo e por vezes escola (dada a íntima ligação entre ensino e religião). Era também nela que se processavam todos os actos públicos respeitantes à comunidade, quer se tratasse de eleições e tomadas de posse para os cargos comunais, quer fossem anúncios de casamento, excomunhão, compras e vendas, etc.

Para além da sinagoga as judiarias contavam com outros edifícios de carácter não habitacional, cuja existência e número dependia da importância e densidade populacional da comunidade que pretendia servir. Eram equipamentos que visavam satisfazer não só necessidades no âmbito da saúde ou da assistência, como por exemplo o hospital, a gafaria e a confraria; mas também outros, de certa forma ligados ao culto, como os balneários, para os banhos rituais de purificação, a

---

<sup>8</sup> Maria José Ferro Tavares admite a existência de « (...) "áreas de acção de comunas" ou seja, vários núcleos menores subordinados a uma comuna-mãe, com sinagoga e cemitério, além de outras instituições cívicas, como nos casos de Lisboa para os judeus de Sacavém, Tojal e Almada; de Sintra para Alcabideche e Cascais; e Porto para Arrifana, Gaia, Matosinhos e Azurara». Maria José Ferro Tavares, *Los Judios en Portugal*, Mapfre, Madrid, 1992, p.21 (tradução livre).

<sup>9</sup> Vejam-se no anexo 1 as plantas de algumas cidades medievais portuguesas, como Guimarães, Guarda, Leiria, Tomar, Óbidos, Torres Vedras, Sintra, Évora e Silves, com a localização das respectivas judiarias.

carniçaria<sup>10</sup> ou o forno e o lagar para a confecção do pão ázimo e vinho *casher* necessários aos rituais sagrados.

Além destes, outros estabelecimentos existiam nalgumas comunas, como a estalagem, a cadeia ou a mancebia. Ligados ao ensino e ao conhecimento encontravam-se em Lisboa, onde se localizava o centro da cultura judaica, o *midrash* e o Estudo de Palaçano, onde se estudavam não só as leis talmúgicas mas também a ciência da época. O cemitério encontrava-se sempre fora da judiaria e do espaço muralhado, podendo servir várias localidades, no caso destas serem muito pequenas.

Em troca do direito à sobrevivência enquanto minoria religiosa, os judeus eram sobrecarregados de impostos, que pagavam não só ao rei, mas também à Igreja, ao concelho e à comuna.

Os impostos tomavam a forma de ordinários, se pagos anualmente, ou extraordinários se, tal como os pedidos, serviços e empréstimos, visassem fazer face a situações de maior dificuldade económica, como guerras, casamentos da família real, pagamentos de tenças, etc.

Ao rei os judeus pagavam anualmente os chamados *direitos reais*, entre os quais constavam o serviço real ou velho, o serviço novo, o sisão, o genesim, etc.<sup>11</sup> De um modo geral, os impostos recaíam sobre o indivíduo, sobre o seu salário enquanto trabalhador, sobre as mercadorias compradas e vendidas, incluindo os bens de primeira necessidade.

Eram colectados *per capita*, variando com a idade e o sexo, ou sobre um valor estipulado, repartido depois pelas diversas comunas do reino, provavelmente em função da sua riqueza e densidade populacional. Com autorização da corte o rei lançava pedidos e serviços extraordinários, cuja quantia seria dividida pelas várias comunas. Já os empréstimos eram contraídos na condição de se proceder à sua restituição, o que nem sempre acontecia.

À Igreja os judeus pagavam as primícias e o dízimo das suas propriedades rurais. Ao concelho e à comuna pagavam talhas, peitas, fintas, portagens, sisas, costumagem, pedidos e empréstimos, cujas verbas eram canalizadas para obras

---

<sup>10</sup> As comunas mais importantes possuíam carniçarias distintas das cristãs, onde o *shohet* matava os animais segundo os preceitos judaicos, sendo considerado um cargo importante entre os judeus pelo carácter religioso de que se revestia. Cf. Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. I, U.N.L., Lisboa, 1982, p.124.

<sup>11</sup> Sobre os diversos tributos que os judeus pagavam leia-se *ibidem*, pp. 159-213.

públicas, conservação dos arruamentos e edificado, deslocações à corte, despesas com o ensino, assistência e culto na comuna.<sup>12</sup>

O concelho e a comuna podiam também lançar impostos extraordinários, ou corveias públicas que eram pagas em trabalho ou mediante uma verba, para obras e novas construções.

## 1.2 O JUDEU

À semelhança de algumas comunas, que estavam isentas de contribuir em determinados impostos por concessão régia de uma carta de privilégio individual, nem todos os judeus eram tributados.

Uma minoria era privilegiada, ficando completa ou parcialmente isenta, por carta régia. Os privilégios concedidos iam desde as isenções fiscais e de aposentadoria, ao direito de não serem eleitos contra vontade para cargos comunais - certamente aqueles cujas responsabilidades e tributação a que eram sujeitos não compensariam o prestígio que lhes adviria do seu desempenho - ou mesmo privilégios de distinção social, equiparando-os em estatuto e prestígio à nobreza cristã, como a permissão de porte de armas, de «*andar em besta muar de sela e freio*»<sup>13</sup>, de usar brasão, ou a dispensa do uso de sinal, obrigatório na época<sup>14</sup>.

Assim, na ausência do conhecimento de uma estratificação em classes da sociedade judaica, parece poder antes falar-se de uma *bipartição social* com base na riqueza e poder do indivíduo<sup>15</sup>. «*O poder está nas mãos de uma aristocracia judaica que sobressai pela sua riqueza e cultura, permanecendo inalteravelmente, ao longo dos anos, na posse de determinadas famílias. Mercadores, físicos, ourives são normalmente, os escolhidos para a câmara da comuna. A acrescentar a este domínio político na comunidade, sucede que estes são os privilegiados dentro da sociedade judaica, pelo que estão isentos de inúmeros tributos e encargos que recaem sobre o comum dos judeus*»<sup>16</sup>.

<sup>12</sup> É de salientar que alguns bens de primeira necessidade são taxados triplamente, pelo serviço real, pelo município e pela comuna.

<sup>13</sup> Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. I, U.N.L., Lisboa, 1982, p. 219.

<sup>14</sup> A partir de 1215 foi deliberada no Concílio de Latrão a obrigatoriedade da distinção física entre cristãos e judeus, o que, em Portugal, na prática nem sempre aconteceu. «*(...)terá sido com Afonso IV (1325-1375) que os judeus foram obrigados a usar um sinal amarelo no chapéu e a cortar o cabelo curto, como já tinha sido obrigatório o uso de um distintivo na roupa e de uma estrela vermelha de seis pontas. Mas estas obrigações eram esquecidas ao mesmo tempo que eram criadas. Apenas revelam que a "questão judaica" estava latente*». Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, *ob. cit.*, p. 74.

<sup>15</sup> Cf. Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. I, U.N.L., Lisboa, 1982, p. 215.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 125. Merecem particular destaque famílias como os Negro ou os Abravanel, das quais se notabilizaram diversos membros ao serviço dos reis portugueses, associando uma cultura notável ao desempenho eficiente dos diversos cargos, que por vezes acumulavam. *Ibidem*, pp. 223-313.

Do outro lado estavam os *não privilegiados* - trabalhadores rurais, pequenos mercadores, mesterais, assalariados ou não, pobres, velhos e doentes, que constituíam os *pequenos* da comuna sobre os quais recaía a colecta. Eram as isenções fiscais que, ao libertar os judeus privilegiados dos tributos e serviços devidos ao rei, concelho e comuna, mais afectavam estes colectáveis, sobrecarregando-os em excesso e prejudicando também os usufrutuários dos direitos reais, quando cedidos a outrém<sup>17</sup>.

Os judeus portugueses estavam perfeitamente integrados no sistema produtivo vigente, desempenhando por isso um papel activo na vida económica do reino, sendo grandemente responsáveis pela sua vitalidade.

A maioria trabalhava na agricultura, artesanato e comércio, distinguindo-se como bons profissionais, apreciados frequentemente pelo rei, nobreza e Igreja, o que lhes acarretava, a par da admiração e conseqüente maior quantidade de trabalho, algum ódio por parte dos profissionais cristãos.

Na agricultura trabalhavam desde os pequenos lavradores ou foreiros rurais até os grandes proprietários que exploravam directamente os terrenos ou, certamente uma minoria, possuíam para tal assalariados e rendeiros judeus ou mesmo cristãos. Cultivavam mais olivais, vinhas e pomares e menos cereais, uma vez que visavam mais a sua comercialização do que o autoconsumo, o que os distinguiu dos agricultores cristãos<sup>18</sup>. Ligados à exploração agrícola, dedicavam-se também à moagem, à criação de gado, produção de mel, cera, vinho e azeite.

Como mesterais praticavam inúmeras artes como o fabrico de tecidos, vestuário e sapataria, tinturaria e curtumes, dedicando-se igualmente à ourivesaria e relojoaria. Eram famosos como conhecedores das artes do ferro, profissões muito conceituadas e de importância vital para o reino, desenvolvendo actividades especializadas, como ferreiros, malheiros, ferradores, espingardeiros, etc., e dominando os seus segredos desde a extracção à fundição<sup>19</sup>.

À semelhança dos cristãos organizavam-se profissionalmente em moços, obreiros e mestres e o ensino profissional processava-se na família que, mais ou menos

---

<sup>17</sup> Em troca de favores ou serviços prestados à Coroa, o rei privilegiava homens da sua confiança com a doação de parte ou a totalidade dos tributos cobrados às comunas. Ao isentar judeus do pagamento dos direitos reais estava, desse modo, a prejudicar aquele a quem esses direitos tinham sido doados.

<sup>18</sup> Cf. Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. I, U.N.L., Lisboa, 1982, p.275.

<sup>19</sup> D. João II, quando da entrada dos judeus castelhanos em Portugal em 1492, reduziu para metade o pagamento da portagem a todos os mesterais ligados às artes do ferro, dada a utilidade que o seu saber revelava para a sua política governativa, nomeadamente nas campanhas no Norte de África. *Ibidem*, pp. 252-254.



alargada, era a base da unidade de produção<sup>20</sup>. Obreiros e mestres possuíam ou aforavam as suas oficinas/lojas, onde produziam e vendiam, lado a lado com cristãos e mouros, ou nos seus bairros próprios, agrupados profissionalmente em arruamentos que lhes ganhavam o nome, como era exemplo a rua da Ferraria na judiaria grande de Lisboa.

A actividade mercantil, porém, era a que lhes estava mais no sangue, a qual desenvolviam com talento especial e com a qual complementavam o seu rendimento familiar. Com efeito, fossem agricultores ou mesteirais era frequente acumularem estas actividades com a prática comercial fixa ou itinerante. Podendo circular livremente no reino, os judeus portugueses frequentavam feiras, estabeleciam rotas, movendo-se habilmente, com outros correligionários ou não, na importação e exportação de produtos, antecedendo na prática o que será o mercantilismo<sup>21</sup>.

Uma minoria rica, residente maioritariamente em Lisboa, dedicava-se a vãos mais altos. Eram financeiros e banqueiros, privavam com o rei, família, nobreza e alto clero, aliando-se à alta finança cristã e lançando-se em grande escala no comércio externo, por via marítima ou terrestre e na exploração de tratos dos monopólios da Coroa, alargados com as descobertas. A crescente concorrência que faziam aos mercadores cristãos nacionais, por vezes quando em sociedade com outros judeus ou mercadores estrangeiros (italianos, por exemplo), levou a crescentes protestos antijudaicos nas cortes do reino, por parte dos primeiros, alheados que ficavam do grande comércio internacional.<sup>22</sup>

A par do comércio dedicavam-se ao empréstimo, a juro ou a penhores, em grande ou pequena escala, actividade que lhes acarretava um sentimento antijudaico por parte da população cristã, que os acusava frequentemente de usura. O grande capitalista emprestava dinheiro à Coroa, empréstimo esse que, ainda que não reembolsado, reverteria certamente em isenções e privilégios. Também o negócio

---

<sup>20</sup> A família era o núcleo base da estrutura social judaica que, em sentido lato, podia abarcar vários graus de parentesco, criados e todos os que habitavam a casa. Era de índole patriarcal e o papel da mulher, educada tal como a cristã para esposa e mãe, só era relevante enquanto cabeça de família, ou seja, viúva com filhos, podendo no entanto contribuir activamente na economia do reino. *Ibidem*, p. 227.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 282.

<sup>22</sup> «As cortes irão ser ao longo do século XV o fiel de uma balança onde a concorrência económica irá rivalizar e suplantará o sentimento antijudaico do inconsciente colectivo da maioria cristã, que se quer afirmar no comércio internacional, afirmação que ultrapassa o indivíduo para se identificar com a ascensão das cidades e o espírito nacional». *Ibidem*, p. 281.

da arrematação das rendas reais, particulares ou eclesiásticas era desconfortável à maioria cristã e por isso contestado frequentemente<sup>23</sup>.

Eram os físicos e cirurgiões da corte e, provavelmente, da maioria do país. Além da notável tradição médica, a actividade literária hebraica era também intensa, cultivando-se a poesia, a filosofia e em especial a exégesis bíblica e talmúdica. É de salientar que a imprensa foi introduzida em Portugal no século XV por judeus, com oficinas primeiramente em Faro, Leiria e Lisboa<sup>24</sup>.

Também no domínio da ciência foram notáveis cartógrafos, matemáticos e cosmógrafos, imprescindíveis na empresa dos Descobrimentos, onde participaram também como intérpretes, tradutores e diplomatas, ou no campo financeiro, custeando as expedições e procurando novos mercados e estratégias comerciais.

### 1.3 A EXPULSÃO

Nos finais do séc. XV assistiu-se a uma desagregação da estrutura hierárquica judaica, com uma consequente perda de poder e o precário equilíbrio mantido até então tendeu a decair.

Em 1492 os reis católicos Fernando e Isabel conquistaram o último reduto muçulmano na Península - Granada – e, entusiasmados com a ideia de um reino unificado sob a mesma religião, decretaram a expulsão dos judeus de Espanha.

D. João II mostrou-se receptivo e muitos foram os judeus que atravessaram as fronteiras portuguesas<sup>25</sup>. Mediante o pagamento de uma portagem concedeu-lhes a fixação de 600 casas (certamente as mais prestigiantes) e a permissão aos restantes de transitarem no reino durante oito meses de passagem para outras terras. O seu apelo à conversão cristã, com a atribuição de privilégios aos convertidos, nunca antes concedidos em tão larga escala, revela o seu ideal de cruzada, na sua intenção de atrair não só os judeus em trânsito mas também os residentes. Por outro lado, ao restringir-lhes a saída para Tanger e Arzila, num número de barcos insuficiente, acabou por submeter uma grande maioria à condição de escravos.

<sup>23</sup> A arrematação das rendas eclesiásticas foi-lhes vedada, por nítida subjugação do cristão ao judeu, desde D. João I, exceptuando o reinado de D. Afonso V, o qual lhes permitiu serem rendeiros de mosteiros e ordens militares. *Ibidem*, pp. 313-328.

<sup>24</sup> O primeiro livro impresso em Portugal foi o *Pentateuco*, em 1487 pela oficina de Samuel Gacon em Faro. Cf. Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, *ob. cit.*, p.47.

<sup>25</sup> Não há consenso entre os diversos investigadores sobre o número de judeus que entrou no país, quer absoluto, quer em relação aos que já cá estavam. Borges Coelho aponta que, tendo duplicado a partir de 1492, o seu número terá alcançado um patamar entre 60.000 e 100.000 almas, ou seja entre seis a dez por cento da população portuguesa. António Borges Coelho, «Judeus e Cristãos-Novos Portugueses (Séculos XVI e XVII)» in *Oceanos, Diáspora e Expansão, Os Judeus e os Descobrimentos Portugueses*, nº 29, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Jan.-Mar.1997, p.39.

Em 1495 D. Manuel sobe ao trono e restituiu-lhes a liberdade. No entanto, perante a pretensão de desposar a herdeira dos reis católicos, a infanta D. Isabel, esta impôs-lhe como condição o reino apresentar-se limpo de judeus e mouros. Possivelmente, a par dos motivos religiosos uma outra razão estaria por trás da condição imposta: para os soberanos de um reino concorrente e rival, o casamento da filha constituía assim a oportunidade para fazer sair de Portugal a nata das famílias judaicas castelhanas que se haviam fixado (banqueiros, mercadores, físicos, astrónomos), cuja presença na corte portuguesa lhes era desfavorável<sup>26</sup>.

O número acrescido de judeus no reino, os inúmeros focos de peste, trazida pelos castelhanos, que com frequência se reacendiam e as constantes perseguições aos hereges no reino vizinho que cá se refugiavam, contribuíram, neste final de século, para uma crescente instabilidade psíquica e um extremar de posições entre cristãos e judeus, que se traduziu num clima generalizado de intolerância, ódio e violência.

Pressionado interna e externamente, dividido entre a ambição de governar toda a península e o renunciar em grande parte à expansão marítima, D. Manuel acedeu e decretou o *Édito de Expulsão dos Judeus e Mouros* de Portugal nos primeiros dias de Dezembro de 1496. Até finais de Outubro do ano seguinte, judeus e mouros deveriam abandonar “livremente” o país, levando consigo os seus bens, sob pena de morte e confisco destes.

Diz-nos António José Saraiva «a política inexcedivelmente maquiavélica de D. Manuel combinando a violência e a sedução no propósito não só de conservar os Judeus portugueses mas ainda de atrair os castelhanos, é provavelmente inspirada por razões de Estado. Tudo leva a crer que para a economia do Reino, onde praticamente não havia Judeus convertidos, a expulsão poderia redundar num desastre sem recurso»<sup>27</sup>.

Com efeito, contrariamente ao reino vizinho onde houvera várias conversões em massa e os cristãos-novos tinham um significativo peso no sistema produtivo, em Portugal os convertidos à época eram em número reduzido, pelo que a expulsão dos judeus se antevia como um descalabro económico para o reino, não só pela partida de homens de muito capital e artesãos especializados, como pela não entrada nos cofres régios dos direitos reais que pagavam anualmente. Assim sendo, o prazo alargado que concedeu aos judeus para sair e a diminuição

<sup>26</sup> Cf. José Hermano Saraiva, «Os Cristãos-novos e a Inquisição» in *História de Portugal*, vol. II, Publicações Alfa, 1983, p. 460.

<sup>27</sup> António José Saraiva, *Inquisição e Cristãos-novos*, Porto, Ed. Inova Limitada, Porto, 1969, p.41.

sucessiva dos portos de embarque possíveis, restando unicamente o de Lisboa, revelam que, face às circunstâncias, D. Manuel pretendia mantê-los no reino, se não como judeus, pelo menos como cristãos-novos.

#### 1.4 A INTEGRAÇÃO

D. Manuel fez apelo à conversão, comprometendo-se, durante vinte anos, a não indagar da sua religião aos judeus que aceitassem o baptismo. Ao longo do ano de 1497, por todo o país, aqueles que não o fizeram voluntariamente foram baptizados à força, contra todas as leis naturais e canónicas e a política seguida pelos reis anteriores, preparando então o monarca a integração desta nova cristandade minoritária.

Como convertidos, passaram assim a possuir nomes cristãos (por vezes permanecendo o nome familiar judaico como alcunha) e a poder residir livremente nas localidades. Alguns cristãos-novos ocuparam casas nas antigas judiarias<sup>28</sup>, agora *ruas* ou *vilas novas*; outros preferiram-nas em ruas mais importantes da velha cristandade, num entrosamento espacial das duas comunidades, que favorecia uma vigilância assídua das práticas religiosas da primeira por parte da segunda.

Legalmente o rei atribuiu-lhes uma série de concessões, equiparando-os a cristãos de pleno direito, ao mesmo tempo que lhes restringiu outras tantas liberdades. Abriu aos cristãos-novos aquilo que antes lhes estava vedado como judeus: a nobreza, a Igreja, os cargos municipais, a magistratura, a universidade, os direitos de cidadania e vizinhança<sup>29</sup>.

Por outro lado, confiscados e desfeitos as sinagogas e os cemitérios, proibiu o uso da língua hebraica, bem como a posse de livros nesta língua, exceptuando unicamente os físicos que não soubessem latim. O hebraico ficava restrito à universidade, quebrando-se assim aquele que constituía o elo mais forte de ligação e divulgação da religião judaica.

Proibiu igualmente os casamentos entre cristãos-novos, como meio de misturar pelo sangue as duas cristandades e fazer a vigilância da *nova* pela família da *velha*. Os descendentes seriam assim mais facilmente educados na fé cristã e a longo prazo a sua assimilação far-se-ia. Proibiu também aos cristãos-novos a

---

<sup>28</sup> Lisboa, Évora e Porto são os casos mais flagrantes do retorno dos cristãos-novos ao anterior espaço judaico. Maria José Ferro Tavares, *Judaísmo e Inquisição*, 1ª ed., Editorial Presença, Lisboa, 1987, p. 43.

<sup>29</sup> IDEM, «A Expulsão dos Judeus de Portugal: Conjuntura Peninsular» in *Oceanos, Diáspora e Expansão, Os Judeus e os Descobrimientos Portugueses*, nº 29, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Jan.-Mar.1997, p.18.

venda dos bens e a saída do reino, excepto em negócios e deixando cá a família, forçando deste modo a sua permanência no país.

Na prática, muitas vezes as leis não foram cumpridas e algumas foram sendo revogadas: os cristãos-novos continuaram a casar-se entre si, a vender os bens e a sair do país (pelo menos os mais ricos). Partiram, sobretudo a partir de meados do séc. XVI, para o resto da Europa - Itália, França, Flandres, Amsterdão<sup>30</sup>-, mas também para Marrocos, para o império Otomano (Salónica, Constantinopla) e para o novíssimo império português - Madeira, Açores, S. Tomé, Goa, Ceilão, Malaca, Brasil - dispersando-se as famílias e estabelecendo entre si novas e poderosas rotas comerciais.

No reino, que progressivamente iria empobrecer com a diáspora, o acesso facilitado que agora os cristãos-novos possuíam a cargos municipais e eclesiásticos e à arrematação das rendas da Coroa, da Igreja, da nobreza e do concelho, voltava a colocá-los em posições de supremacia face à restante cristandade, como sugeriu João de Barros: « (...) *não lavram, não plantam, não pelejam, não têm ofício e com um andar meúdo ganham os frutos dos trabalhos alheios e possuem a grossura da terra*»<sup>31</sup>. O cristão-velho não podia deixar de ver neles os anteriores judeus, tanto mais que muitos terão continuado clandestinamente a seguir a Lei velha: iam à Igreja, comungavam e baptizavam os filhos, ao mesmo tempo que *judaizavam*, guardando o sábado e os jejuns (Quipur e Rainha Ester) e celebrando a *Pessah* (Páscoa judaica)<sup>32</sup>.

A política de integração de D. João III já não se fez com a equiparação dos direitos e a não inquirição das crenças. A partir de 1536, o estabelecimento da Inquisição em Portugal vai fazê-lo através de uma acção de choque, pela filosofia do medo, durante o longo período que esteve vigente até à sua extinção em 1821.

---

<sup>30</sup> A partir dos finais do séc. XVI estabeleceram-se nesta cidade os primeiros sefarditas portugueses, cujo número não parou de crescer no século seguinte, construindo em 1675 a grandiosa sinagoga portuguesa, que serviu de modelo a novas sinagogas da diáspora portuguesa.

<sup>31</sup> António Borges Coelho, «João de Barros e a Questão Judaico-cristã-nova» in *Oceanos, João de Barros e o Cosmopolitismo do Renascimento*, nº27, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Jul.-Set. 1996, p.80.

<sup>32</sup> «A identificação com a Lei Mosaica passou a ser mais importante do que o cumprimento dos textos sagrados. Num mundo de intransigência religiosa, o Judaísmo deixava de ser uma forma de vida, o guia que pautava toda a existência. Sem livros sagrados, muitas vezes sem chefes religiosos, sobravam o saber e o fazer transmitidos oralmente, de geração em geração. Assim se construíram cadeias cujos elos se reforçaram sobretudo no segredo (invulnerável ao Outro) e na afectividade. Foram as Mulheres as guardiãs da tradição, as rezadeiras que mantiveram festas, rituais e textos que os Autos do Santo Ofício registaram». Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, *ob. cit.*, p.145.

*«O judaísmo já não teve força para sair à luz. Só no séc. XX, não nas terras de maior repressão inquisitorial mas nalgumas zonas de fronteira, emergiram timidamente algumas práticas milenares.»*<sup>33</sup> ...

---

<sup>33</sup> António Borges Coelho, «Judeus e Cristãos-novos Portugueses (Séculos XVI e XVII)» in *Oceanos, Diáspora e Expansão, Os Judeus e os Descobrimentos Portugueses*, nº 29, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Jan.-Mar.1997, p.46.





**Fig. 1.1 - MAPA DAS COMUNAS JUDAICAS PORTUGUESAS**

Adaptado de Maria José Ferro Tavares, *Los Judios en Portugal*, Mapfre, Madrid, 1992,

- ★ CENTROS DE GRANDE DENSIDADE DE POPULAÇÃO JUDAICA
- ★ SÉC. XIII
- \* PRIMEIRA METADE DO SÉC. XIV
- SEGUNDA METADE DO SÉC. XIV AO PRIMEIRO QUARTEL DO SÉC. XV
- ★ SÉC. XV (DE 1433 A 1496)
- SÉC. XV (DE 1438 A 1496)
- LOCALIDADES ONDE EXISTEM REFERÊNCIAS DE JUDEUS SEM INDICAÇÃO DE COMUNA





## 2. ENQUADRAMENTO GERAL DA VILA DE CASTELO DE VIDE

A vila de Castelo de Vide situa-se nos contrafortes da serra de S. Mamede, no Alto Alentejo. Esta serra, constitui uma sub-região dentro do contexto alentejano, dada a especificidade do relevo vigoroso, clima e vegetação espontânea que a caracteriza, factores estes que estão interligados e determinam um regime de propriedade, culturas agrícolas e até uma estrutura socio-económica da população diferenciados. Contudo, no que respeita à ocupação do território, a vila de Castelo de Vide apresenta as características típicas das estruturas urbanas do restante Alentejo, que se sintetizam, segundo Nuno Teotónio Pereira, por «*compacidade e continuidade do tecido urbano, sérieção das tipologias habitacionais das classes populares e recorte muito nítido relativamente ao espaço rural envolvente*»<sup>1</sup>.

Esta contenção, da qual resulta uma imagem muito forte da vila, explica-se em grande parte pela sua localização raiana. Durante séculos as sucessivas guerras com Espanha e, mais recentemente, a estagnação e o isolamento que a fronteira promove, nunca favoreceram uma expansão mais disseminada ao longo dos terrenos cultiváveis, como seria de esperar em zonas de relevo acentuado e grande divisão da propriedade<sup>2</sup>.

Altaneira, contida na sua cintura muralhada, Castelo de Vide oferece um leitura clara das diferentes morfologias urbanas, ditadas quer pelas características geográficas do sítio onde se implantou, quer pelas vicissitudes históricas por que passou, determinantes da sua evolução e da sua relação com a envolvente.

### 2.1 O SÍTIO

A serra de S. Mamede caracteriza-se pelo facto das suas formações rochosas se desenvolverem no sentido Noroeste-Sudeste, paralelas umas às outras, numa sequência alternada de montanhas e vales<sup>3</sup>.

Dominando o quadrante Norte, constituído por terrenos aplanados com cabeços de relevo pouco significativos, Castelo de Vide implantou-se no cimo de uma elevação

---

<sup>1</sup> Nuno Teotónio Pereira, *Plano Geral de Urbanização*, vol. I, *Análise*, Câmara Municipal de Castelo de Vide, Castelo de Vide, 1983, p.36.

<sup>2</sup> É interessante notar que muitos agricultores possuem uma segunda habitação na sua parcela agrícola, mantendo a primeira dentro das muralhas, o que certamente terá ajudado a manter a unidade do aglomerado urbano e evitado a dispersão.

<sup>3</sup> A caracterização física de Castelo de Vide, no que respeita à geomorfologia, hidrografia, clima e vegetação encontra-se bem documentada em Nuno Teotónio Pereira, *ob. cit.*, pp. 24-35; e, mais recentemente e de forma mais exaustiva, em Nuno Teotónio Pereira; Luís Sá Pereira, *Plano Director Municipal de Castelo de Vide*, Câmara Municipal de Castelo de Vide, Castelo de Vide, 1995, pp.4-20.

Como auxiliar à leitura da implantação da vila no território vejam-se as figuras 2.1 e 2.2.

com o mesmo nome que, juntamente com os maciços de Urra, do lado Nordeste, e o de S. Paulo, do lado Sul, formam o extremo Noroeste da serra.

Da disposição topográfica dos três maciços resultou igualmente a formação de dois vales entre eles, por onde correm dois cursos de água, desde muito cedo vitais para a economia e desenvolvimento da vila: a ribeira de Vide a Norte e a ribeira de S. João a Sul, que se encontram mais a Norte com o rio Sever, o mais importante curso de água do concelho.

O relevo da serra é constituído por xistos nas encostas que formam os vales interiores e granitos nas vertentes exteriores, voltadas para a penepalanície, também ela granítica nesta zona de contacto. As cumeadas, como a do maciço de S. Paulo, são constituídas por afloramentos de quartzito em forma de cristas, de recorte irregular e característico. No maciço de Castelo de Vide a cumeada é arredondada e a vila assenta sobre xistos do Silúrico, que dão lugar a calcários dolomíticos mais a Sudeste<sup>4</sup>.

A constituição geológica destes relevos, associada a uma pluviosidade elevada, estão na origem da importância dos recursos hídricos subterrâneos. A boa qualidade das águas, captadas em três pontos distintos, permitiu a sua exploração termal na Vila e a produção de águas de mesa engarrafadas.

As características topográficas determinam fortemente o clima de Castelo de Vide, que regista uma precipitação média anual mais elevada e uma temperatura média anual mais baixa, relativamente à sua envolvente aplanada. Também a nível regional estes valores são significativos por se revelarem das precipitações mais altas (876.7mm) e a temperatura média mais baixa (12.7°C) do Alentejo<sup>5</sup>.

O clima é, ainda assim, considerado moderadamente chuvoso, com uma ocorrência de 27% dos dias do ano, em especial nos meses de Janeiro a Março. É igualmente temperado, com as temperaturas mínimas a atingirem valores negativos (predominantemente de Dezembro a Fevereiro) e as máximas a ultrapassarem os 25°C (predominantemente em Julho e Agosto). A altitude atenua os Verões muito quentes, sendo por isso um clima moderado quanto à amplitude térmica e predominantemente seco (a humidade relativa do ar é de 74%). Os ventos predominantes são atlânticos, soprando do quadrante Norte, em especial de Noroeste.

---

<sup>4</sup> Cf. Nuno Teotónio Pereira; Luis Sá Pereira, *ob. cit.*, p.41.

<sup>5</sup> *Ibidem*, pp.20-22.

O solo é, de um modo geral, bastante pobre, sendo frequentes as áreas incultas. Nos vales que circundam a vila, porém, encontram-se terrenos agrícolas de boa qualidade, predominantemente ao longo dos referidos cursos de água, onde se cultivam produtos hortícolas e pomares em regime de pequena propriedade, à excepção da Quinta do Prado, em mais larga escala.

As encostas à volta de Castelo de Vide são maioritariamente ocupadas pelo olival, que no século XIX terá substituído em grande parte a vinha aí cultivada. Restam ainda grandes áreas florestais na serra onde predomina o pinheiro, o carvalho negral, o castanheiro e o sobreiro.

## 2.2 O CRESCIMENTO URBANO

No processo de formação dos aglomerados urbanos, as características físicas do sítio determinam, na maior parte das vezes, a sua localização. Castelo de Vide é disso um exemplo<sup>6</sup>. A elevação onde se implantou, entre os 540m e os 600m de altitude, favorece a sua inacessibilidade, nomeadamente o escarpado de acentuado declive a Norte, sendo por isso local privilegiado em termos defensivos. Garantidas as necessidades de defesa, a presença abundante de cursos de água e a consequente fertilidade das suas margens terão sido igualmente factores decisivos à fixação humana, que se supõe, em tempos recuados<sup>7</sup>.

Mas de que outros modos pôde o sítio condicionar também a sua evolução urbana? Que outros factores foram igualmente determinantes para o seu desenvolvimento?

### 2.2.1 Das Origens à Conquista Cristã

Não se sabe determinar com precisão as origens de Castelo de Vide. Os vestígios mais antigos de povoamento no concelho foram encontrados nos terraços do rio Sever, remontando, segundo Diamantino Sanches Trindade<sup>8</sup>, ao Paleolítico. A

<sup>6</sup> Veja-se nas figuras 2.3 e 2.4 a importância do sítio para a implantação da vila.

<sup>7</sup> Cf. Diamantino Sanches Trindade, *Castelo de Vide, Subsídios para o Estudo da Arqueologia Medieval*, Assembleia Distrital de Portalegre, Lisboa, 1979, p.11.

Encontra-se ainda por elaborar uma monografia sobre Castelo de Vide; no entanto, ainda que nem sempre concordantes, já diversos autores se debruçaram sobre a história desta vila e a evolução do seu aglomerado, nomeadamente: António Repenicado, *Da Notável Vila de Castelo de Vide- Apontamentos*, Sep. de *Terra Alta*, Castelo de Vide, 1969; António Repenicado, *Relação de Sucessos Históricos*, Castelo de Vide, 1965; Diamantino Sanches Trindade, *Castelo de Vide, Subsídios para o Estudo da Arqueologia Medieval*, Assembleia Distrital de Portalegre, Lisboa, 1979; César Videira, *Memória Histórica da muito Notável Villa de Castello de Vide*, Lisboa, 1908; *Terra Alta, Antologia de Castelo de Vide*, dirigida e organizada por J. A. Gordo, Liv. Sá da Costa, Lisboa, 1935; e ainda, pelo resumo histórico e tabela cronológica, Nuno Teotónio Pereira, *Plano Geral de Urbanização*, vol. I, *Análise*, Câmara Municipal de Castelo de Vide, Castelo de Vide, 1983.

<sup>8</sup> *ob. cit.*, p.13.

abundância e disseminação de monumentos megalíticos por todo o concelho indiciam uma presença humana já em larga escala, no período Neolítico<sup>9</sup>.

No entanto, quando se procuram identificar os primeiros focos de fixação humana no local da vila, as opiniões divergem<sup>10</sup>, tanto mais que não existem provas concretas que as suportem. A verdade é que a escassez de estudos de arqueologia urbana de um modo geral e a quase inexistência de escavações arqueológicas na vila, em particular, não permitem aprofundar o seu processo de urbanização.

Os vestígios mais remotos encontrados no local são atribuíveis ao período romano, como as diversas inscrições num pavimento de pedra, ou a base da torre de menagem do castelo<sup>11</sup>. O próprio nome *Vide* parece ter derivado do latim «*vitis*», que significa videira, pela abundância desta planta na região<sup>12</sup>. No entanto, tal não nos esclarece quanto à sua eventual existência como aglomerado urbano, num período pré-romano. Integrada na província romana da Lusitânia, esta zona terá conhecido um grande desenvolvimento na época, com cidades como Medóbriga Plumbária, a poucos quilómetros de Castelo de Vide e cujo nome derivou das minas de chumbo aí existentes.

Com a decadência do império romano no século V, o local foi invadido alternadamente por diversos povos bárbaros — Vândalos, Suevos e Visigodos — que, durante décadas, foram lutando entre si pela ocupação do território. O domínio visigótico foi o mais duradouro, do século V ao VIII, perdurando até à invasão árabe da península em 711.

Ao contrário de outras povoações alentejanas, ricas em vestígios desta civilização, da presença muçulmana dos quatro séculos seguintes, pouco mais restou na vila do que alguma cerâmica e toponímia, como os nomes «*Aloaca*» ou «*Arçário*». Marcado por diversos períodos de ascensão e declínio, o território foi definitivamente reconquistado pelos cristãos no século XII, após algum período de instabilidade e confrontos armados com os muçulmanos.

---

<sup>9</sup> Espalhadas pelo concelho de Castelo de Vide existem inúmeras antas, muitas das quais foram classificadas, logo em 1910 como Monumento Nacional, tais como: as antas da Melriça, dos Pombais, dos Coureiros II, da Várzea dos Mourões, da Tapada de Pero d'Alva, da Nave do Grou, da Fonte de Mouratão, da Coutada de Alcogulo e da Casa de Galhardos. Cf. *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*, vol. II, I.P.P.A.R./S.E.C., Lisboa, 1993, pp. 17-18. Veja-se ainda M. C. Monteiro Rodrigues, *Carta Arqueológica do Concelho de Castelo de Vide*, Assembleia Distrital de Portalegre, Lisboa, 1975.

<sup>10</sup> Para as diversas opiniões sobre as origens da vila, desde o castro lusitano à fundação da nacionalidade, consulte-se D. S. Trindade, *ob. cit.*, pp.19-20; J. A. Gordo, *Castelo de Vide, Bosquejo Histórico d'esta Villa Notável*, Portalegre, 1903, p.5; António Repenicado, *Da Notável Vila de Castelo de Vide- Apontamentos*, Sep. de Terra Alta, Castelo de Vide, 1969, pp.17-18.

<sup>11</sup> D. S. Trindade, *ob. cit.*, p.17.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p.15.

## 2.2.2 O Núcleo Fortificado

A preocupação dominante para estas terras recém-conquistadas era garantir a sua permanência no reino cristão, evitando que caíssem novamente em mãos inimigas. Para tal, os reis socorriam-se das ordens militares e religiosas, a quem doavam vastas terras, para que se (re)construísse a fortificação e aí se fixasse nova população. Assim aconteceu a Castelo de Vide, inserida numa vasta área que foi doada primeiramente em 1172 à Ordem de Santiago e, posteriormente, em 1199, à Ordem dos Templários<sup>13</sup>.

Às razões físicas que estiveram na origem da localização do aglomerado, juntam-se agora factores de estratégia de ordem territorial, (por se situar junto à fronteira), a ditar o seu desenvolvimento. Castelo de Vide parece ter vingado depressa pois logo em 1180 recebeu carta de foral de Pedro Annes, seu donatário<sup>14</sup>.

Em 1273, D. Afonso III doou a terra de Vide a seu filho D. Afonso Sanches, que já possuía igualmente Marvão, Portalegre e Arronches<sup>15</sup>. Anos mais tarde, uma desavença entre o infante e o novo rei D. Dinis, após a morte do pai de ambos, obrigou-o, contudo, a ceder a terra para domínio do rei.

Sabe-se por Rui de Pina que em 1299 Castelo de Vide era ainda «*lugar etã mais chão q forte*», ainda que desde essa data seja apelidado de «*Castel da Vide*»<sup>16</sup>.

Foi então D. Dinis quem reconstruiu e ampliou a fortificação de Castelo de Vide, numa vasta campanha de obras, desenhando toda uma linha de defesa ao longo da fronteira com Castela<sup>17</sup>.

As obras que então se empreenderam enquadraram-se já no chamado período gótico, em que as novas técnicas de ataque obrigavam a defesa a responder activamente, por oposição à defesa passiva, do período anterior<sup>18</sup>. A cidadela, localizada na extremidade Noroeste do promontório, foi alargada para Norte com

<sup>13</sup> Cf. António Repenicado, *Da Notável Vila de Castelo de Vide- Apontamentos*, Sep. de *Terra Alta*, Castelo de Vide, 1969, p.47.

<sup>14</sup> *Ibidem*, pp.47-50.

<sup>15</sup> Segundo D. S. Trindade esta carta de doação constitui a mais antiga referência documentada a Castelo de Vide, designada ainda na sua forma primitiva *Vide*, uma vez que o autor não faz qualquer referência ao facto do foral de Pedro Annes possuir data anterior. Datam igualmente do mesmo ano os termos «*terra da Vide*», e «*Villa da Vide*» para designar o aglomerado na chancelaria de D. Afonso III (*ob. cit.*, p.15 e p.20).

<sup>16</sup> Rui de Pina, *Crónica de D. Dinis*, segundo códice inédito nº801 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, Livraria Civilização, Porto, 1945, p. 32, citado em D. S. Trindade, *ob. cit.*, p. 21. Esta designação, que aparece pela 1ª vez na chancelaria de D. Dinis, vai perdurar até ao século XVII, quando é substituída pelo nome actual Castelo de Vide. D. S. Trindade, *ob. cit.*, pp.15-21.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p.21.

<sup>18</sup> Cf. Ana Santos Jorge, *The Old Burgo of Castelo de Vide, Portugal, Safeguard and Conservation*, (dissertação policopiada para obtenção do grau de Mestre), Center for the Conservation of Historic Towns and Buildings, Katholieke Universiteit Leuven, Leuven, 1991, p.47 e pp.58-59.

um novo troço de muralha, abrangendo o poço inicialmente de fora e protegendo a sua entrada que era feita pelo interior do burgo. Foi construída uma importante torre de menagem, periférica e saliente relativamente aos muros, para melhor defender o lado Sul, de mais fácil acesso e ataque e posteriormente o preferido pela expansão arrabaldina. Uma linha de novas muralhas englobou a cidadela e o aglomerado populacional que já se havia estabelecido fora dela, permitindo, ao longo dos seus adarves, uma vigilância total do território. Foram abertas duas portas principais nas muralhas Nascente e Poente, definindo entre elas a rua Direita e duas secundárias nas muralhas Norte e Sul, estabelecendo um arruamento perpendicular ao primeiro. No interior, as casas alinharam-se ao longo destes dois eixos estruturantes, a partir dos quais se estabeleceram novos arruamentos paralelos e perpendiculares, numa malha de ocupação regular.

Um tão significativo volume de obras, que terminaram apenas em 1327 já com D. Afonso IV, bem como a atribuição da carta de foral em 1310 por D. Dinis<sup>19</sup>, são indicativas da crescente importância que Castelo de Vide representava, quer em termos estratégicos, quer no que respeita à sua municipalidade recentemente adquirida, quando em 1276 se libertou do termo de Marvão para formar o seu próprio concelho<sup>20</sup>.

### 2.2.3 Os Arrabaldes

Lentamente, o núcleo primitivo do aglomerado<sup>21</sup> foi-se adensando e comprimindo contra as muralhas, começando a saltar aos poucos para fora. A expansão urbana fora das muralhas do castelo, que terá ocorrido provavelmente ainda no século XIV, foi pré-determinada pelo sítio, uma vez que o seu constrangimento a Norte a impeliu para Sul e Nascente, onde, aliás, já se haviam estabelecido os primeiros caminhos de comunicação do castelo com o exterior, ditados pelas topografias e portanto pré-urbanos<sup>22</sup>.

As excepcionais condições de implantação da encosta Sul, com boa exposição solar e um declive mais suave, em detrimento das vertentes Norte e Oeste, mais

---

<sup>19</sup> A questão dos dois forais que Castelo de Vide recebeu, anteriores ao de D. Manuel em 1512 (de Pedro Annes em 1180 e de D. Dinis em 1310) não é consensual entre os diversos investigadores. António Repenicado é da opinião que o foral de D. Dinis terá sido confundido com a carta de privilégio de realenga concedida por este quando da questão com o seu irmão Afonso Sanches (*Da Notável Vila de Castelo de Vide- Apontamentos*, Sep. de *Terra Alta*, Castelo de Vide, 1969, p. 50).

<sup>20</sup> Cf. Laranjo Coelho, «Os Cardadores de Castelo de Vide» in *Terra Alta, Antologia de Castelo de Vide*, dirigida e organizada por J. A. Gordo, Liv. Sá da Costa, Lisboa, 1935, p. 64.

<sup>21</sup> Alguns autores são da opinião que o primitivo núcleo da *Vide*, anterior à nacionalidade, se terá situado um pouco mais a sul, a meio da encosta, no chamado Canto da Aldeia.

<sup>22</sup> Para uma melhor leitura da evolução do aglomerado urbano vejam-se as figuras 2.5 e 2.6. No anexo 2.1 inclui-se uma planta geral da vila como auxiliar à compreensão do actual aglomerado.

escarpadas e ventosas, determinaram a expansão deste arrabalde. A Nascente, a fonte de água, já utilizada pelos habitantes do burgo em tempo de paz, determinou a expansão urbana para esta vertente, compensando assim, os declives mais acentuados e a exposição solar menos privilegiada.

Para além das características físicas, outros factores foram igualmente determinantes no modo como se processou essa expansão arrabaldina e nas relações que estabeleceu com a envolvente.

A proximidade do castelo era importante, um vez que funcionava como factor de atracção, ponto fulcral de toda a vivência quotidiana e onde se realizava o mercado. Além disso, oferecia ainda uma não menos importante componente protectora e defensiva, pelo que a expansão dos arrabaldes terá começado de cima para baixo.

Numa época ainda dominada por preocupações religiosas e defensivas, a fundação de várias igrejas e ermidas extramuros estabeleceram com o castelo eixos preferenciais de estruturação da paisagem. Assim aconteceu com o eixo de comunicação que desde a entrada do castelo procurou encosta abaixo a ermida de Santa Maria, fundada em 1311 no local da actual Matriz<sup>23</sup>.

O próprio local de implantação da ermida, não terá sido escolhido ao acaso, uma vez que se situa no início do terraço que se estende plano para Sudeste e que irá ser mais tarde o Rossio e a sua ligação ao castelo se faz exactamente pela linha de cumeada, provavelmente o caminho natural tomado preferencialmente por quem se dirigia para lá. Este eixo pré-urbano, que deu origem à rua de Santa Maria, foi certamente uma das mais antigas vias de expansão, estabelecendo ainda a separação entre as duas vertentes da encosta e também entre os dois arrabaldes.

Não se sabe ao certo se um dos arrabaldes terá surgido primeiro que o outro, mas o mais provável será terem-se desenvolvido na mesma época. O determinismo do sítio foi condicionante da morfologia urbana, bem como dos traçados viários. A Sul, a suavidade do declive impôs uma malha paralela às curvas de nível, com duas ruas estruturantes e uma série de travessas íngremes entre elas. Na vertente mais ingrata, a Sudeste, onde se estabeleceu a Judiaria, foi a nascente de água o elemento estruturador do espaço fazendo convergir para ela todos os arruamentos.

---

<sup>23</sup> Só a inadequação da exposição solar e acentuado declive da encosta Norte justifica que a expansão urbana não se tenha dirigido também ao encontro da ermida do Salvador do Mundo, de fundação anterior.



Com base na inventariação das inúmeras portas ogivais existentes em Castelo de Vide «*abrangendo uma zona que não ultrapassa a rua Nova e a Devesa*»<sup>24</sup> e na sua classificação por séculos levada a cabo por Diamantino Sanches Trindade, é possível ter uma ideia, ainda que um pouco falível, do desenvolvimento urbano que a vila apresentava até ao século XVI. Igualmente os desenhos de Duarte d' Armas, as mais antigas representações que se conhecem da vila, permitem assegurar que no primeiro quartel do século XVI, ambas as vertentes da encosta se encontravam construídas<sup>25</sup>.

A população dedicava-se à agricultura, cultivando a vinha, o linho, a oliveira, frutas e cereais e também à criação de gado: ovelhas, vacas, porcos e cavalos<sup>26</sup>. Também a indústria da moagem aqui se desenvolveu, com várias azenhas a funcionar ao longo das ribeiras de Vide e de Nisa, assim como a indústria da fição de lã, tendo como suporte os gados que eram criados no termo da vila e originando outras, dela subsidiárias, como a tecelagem e a tinturaria<sup>27</sup>.

A partir dos finais do século XV, princípios do XVI, a fição da lã adquiriu uma tal importância, que já anteriormente a D. João III (1521-1557), era um dos principais mestres de Castelo de Vide e os seus habitantes passaram a ser apelidados de «*Cardadores*», termo proveniente do ofício de cardar a lã, com instrumentos próprios designados por cardas ou carduças<sup>28</sup>.

#### **2.2.4 O Rossio e a Nova Fortificação**

Durante o século XVI Castelo de Vide viu a sua população aumentar significativamente. Os 885 vizinhos que possuía em 1527 subiram para 1400 em 1572, e para 1600 em 1603<sup>29</sup>. Na base deste surto populacional esteve o incremento da produção agrícola, da tecelagem e do comércio com Espanha.

Já anteriormente, o édito de expulsão dos judeus de Castela e Aragão, empurrara milhares deles para o nosso país. Muitos se terão estabelecido em Castelo de Vide por estar próxima da fronteira e da portagem de Marvão, fazendo aumentar a comunidade judaica aqui existente e certamente contribuindo para o desenvolvimento que iria caracterizar a vila.

---

<sup>24</sup> D. S. Trindade, *ob. cit.*, pp. 88-120.

<sup>25</sup> Veja-se a reprodução de um dos seus desenhos (vista Sudeste) apresentada na figura 4.17.

<sup>26</sup> D. S. Trindade, *ob. cit.*, pp. 31-34.

<sup>27</sup> «*A afirmação, no panorama nacional da época, da produção de panos em Castelo de Vide como uma das melhores deveu-se a uma técnica de tinturaria bastante aperfeiçoada*». Lucília Runa; Maria do Carmo Pinto, «Vivências de uma Comunidade Cristã-nova no Século XVI: Castelo de Vide» in *Patrimónia*, nº 3, 1998, p.12.

<sup>28</sup> Laranjo Coelho, *ob. cit.*, p.61.

<sup>29</sup> A. Repenicado, *Da Notável Vila de Castelo de Vide- Apartamentos*, Sep. de *Terra Alta*, Castelo de Vide, 1969, p.260; Nuno Teotónio. Pereira, *ob. cit.*, p.44.

À medida que o tempo passava e a paz perdurava, o castelo perdeu gradualmente a importância que detinha, transferindo-a, encosta abaixo. O mercado, muito limitado na zona da fortificação, passou a fazer-se no Rossio, favorecido pela planura e desafogo. Igualmente os Paços do Concelho, no cimo da rua de Santa Maria, em meados do século XVI, mudaram-se em 1692 para o Rossio, em edifício isolado, próximo da ermida de Santa Maria, após um incêndio do local anterior, local onde ainda hoje permanece<sup>30</sup>.

O Rossio passou então a ser o novo centro da vila, função que ainda hoje exerce, e a partir do qual se regeram as novas zonas de expansão. As residências nobres e senhoriais alinharam-se a Norte e a Sul, ao longo da via que segue para Marvão, formando as carreiras de Cima e de Baixo, respectivamente. O restante casario foi subindo a encosta formando um novo bairro, de arruamentos perpendiculares ao Rossio. Novas igrejas e conventos foram construídos nesta altura, atestando essa desenvoltura expansionista e gerando ao mesmo tempo novos eixos de expansão, como a carreira de S. Roque, em direcção à ermida do mesmo nome.

A partir de 1640, a restauração e as lutas com Espanha fizeram repensar o sistema defensivo, há muito inadequado para uma terra que já tinha a maior parte da sua população fora das muralhas<sup>31</sup>. A defesa destas áreas arrabaldinas era feita até então, precariamente, com trincheiras e paliçadas nos limites da área construída, que deram origem, mais tarde, a ruas (como a rua de Baixo), à semelhança do que acontece aos fossos das muralhas quando estas são destruídas. Para permitir o acesso ao campo, construíram-se arcos em alvenaria, fechados por portas, dos quais restaram o de S. Pedro, o da Barreira e o da Porta Nova.

A nova fortificação iniciou-se uns anos mais tarde, após alguns projectos já com base nas estratégias defensivas então recentes e que se prendiam com a introdução da artilharia<sup>32</sup>. O castelo, muito arruinado com o domínio filipino, assumiu então em relação à vila, o papel que a cidadela havia representado para o burgo medieval, como centro das operações militares<sup>33</sup>. Uma nova linha de muralhas e baluartes envolveu os muros medievais, destruindo as casas que aí existiam e nele se instalaram os quartéis, o depósito de artilharia e de pólvora, alterando-se radicalmente as entradas e o funcionamento interno.

---

<sup>30</sup> Cf. Nuno Teotónio Pereira, *ob. cit.*, p.39.

<sup>31</sup> Segundo António Repenicao o cadastro da população já em 1527 registava 460 habitantes no burgo contra 3080 habitantes no arrabalde (*ob. cit.*, p.260).

<sup>32</sup> Veja-se na cartografia histórica apresentada nas figuras 2.7 a 2.10 a configuração da vila já com o sistema defensivo abaluartado.

<sup>33</sup> Cf. Ana Santos Jorge, *ob. cit.*, p.59.

Na restante vila, as novas regras da arquitectura militar aproveitaram a elevação de S. Roque para aí edificar um forte e construiu-se uma muralha circundando quase todo o perímetro urbano construído.

Novamente nesta época, a necessidade de segurança iria determinar a evolução urbana de Castelo de Vide. Limitada por esta nova cerca, a vila iria crescer em função dela. Impedida pela nova muralha de crescer para Sudeste como até então, expandiu-se quer para Norte, subindo a encosta até ao forte, quer para Sul da carreira de Baixo. A rua das Encruzilhadas surgiu em função da nova porta da Devesa. As casas senhoriais foram construídas na zona central, entre as duas carreiras, na continuidade da Câmara Municipal.

Em 1710 o convento de S. Francisco, a igreja do Espírito Santo e o bairro da Conceição, que haviam ficado de fora, foram contidos por uma nova linha de muralhas, na qual se abriu, a Sudeste, a Porta da Aramenha, com o arco romano trazido da cidade de Medóbriga.

A partir dos finais do século XVII o desenvolvimento de Castelo de Vide processou-se lentamente e de uma forma inconstante, dependente em grande parte das relações que estabeleceu com o país vizinho. Alternaram-se, assim, períodos de estagnação, provocados por guerras, ataques e destruições, com outros de crescimento, com o reactivar do comércio fronteiriço e da construção que os períodos de paz propiciavam.

Esta situação prolongou-se até ao final do século XVIII, altura em que Castelo de Vide registou 1700 fogos e 7000 habitantes (1794), valor que não tornaria a atingir<sup>34</sup>.

### 2.2.5 O Declínio

Em 1772 o Marquês de Pombal fundou a Real Fábrica de Tecidos de Portalegre, na cidade do mesmo nome, equipada com moderna tecnologia. Castelo de Vide, terra de cardadores, em poucos anos ficou ultrapassada, não podendo competir com Portalegre. Iniciou-se então um período de decadência, que aliou este factor às contínuas guerras e ocupações que se seguiram.

Na primeira década do século XIX, Castelo de Vide foi particularmente devassada. Em 1801 os exércitos espanhóis tomaram a vila e ocuparam-na durante 5 meses, na chamada Guerra das Laranjas. A Praça encontrava-se em bastante mau estado,

---

<sup>34</sup> Nuno Teotónio Pereira, *ob. cit.*, p.45.

nas fortificações e muralhas, sem fosso e com a torre de menagem arruinada e, não podendo defender-se, entregou-se sem resistência<sup>35</sup>.

Seguiram-se as invasões francesas, que avançaram sobre o país em 1807, 1809 e 1810, deixando atrás de si um rasto de destruição. Em 1823, o regimento de Infantaria nº8, aquartelado em Castelo de Vide, foi transferido e esta deixou de ser considerada Praça de Guerra, razão que fora desde sempre o polo motivador do seu desenvolvimento. O afastamento de um contingente de 1500 a 2000 homens deixou a vila desamparada, não só militarmente, mas também em termos económicos, com a quebra de produtividade que, em diversos sectores (agricultura, manufacturas, comércio), se havia mantido devido ao serviço prestado pelos soldados<sup>36</sup>.

São notórias as dificuldades económicas por que passaram os habitantes, intimados a contribuir para o financiamento dos exércitos e obras de construção. A nova igreja de Santa Maria, a matriz que substituiu a ermida quatrocentista, levou 84 anos a construir-se, num processo moroso mercê da fragmentação do investimento<sup>37</sup>.

Em 1834, durante a guerra civil, o exército miguelista acantonado na Vila rendeu-se aos liberais. A partir de meados do século deram-se os primeiros passos na inversão da situação, com a introdução de novas tecnologias nas explorações agrícolas do Prado e a construção de algumas obras públicas, como a nova estrada para Marvão, o abastecimento de água à Vila ou o caminho de ferro, que ligou Lisboa a Madrid<sup>38</sup>.

A população, contudo, continuou a diminuir, ficando vagos os terrenos no Calvário e Devesa dentro da cerca muralhada, que uma expansão urbana quase nula não ocupou, - pelo contrário, algumas casas foram até alargadas, com a fusão de dois fogos num. O surto de progresso desta época verificou-se, pois, essencialmente, nos equipamentos e infraestruturas e não teve em conta preocupações patrimoniais, pelo que se destruíram as muralhas a Nascente e a Porta da Aramenha, para a construção do Asilo do Espírito Santo e ainda outros troços, para a estrada da estação e estrada de Circunvalação.

---

<sup>35</sup> Rui Rosado Vieira, *Castelo de Vide, Alguns Números sobre uma Época de Guerra (1800-1812)*, Ed. Colibri, Lisboa, 1993, p.42.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p.64.

<sup>37</sup> Nuno Teotónio Pereira, *ob. cit.*, p.41.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p.42.

Depois da primeira guerra mundial Castelo de Vide sofreu mais 50 anos de estagnação e acentuada interioridade, nos quais apenas a política de obra públicas do Estado Novo introduziu novos equipamentos, melhoramento do saneamento básico e as obras de restauro do castelo, com a reconstrução da torre de menagem. Desde então, Castelo de Vide tem tido um desenvolvimento moderado, com a ainda recente dinamização do comércio e a exploração das suas potencialidades turísticas, ganhando alguma população e investindo na expansão urbana com novos bairros residenciais e equipamentos escolares e desportivos.





Fig. 2.1 - VISTA AÉREA DA VILA DE CASTELO DE VIDE





**Fig. 2.2 - ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO**

Extracto da *Carta Militar de Portugal*, Folha 355, Série M 888, Edição 3, S. C. E. I.



Escala - 1

0 250 500 750 1000





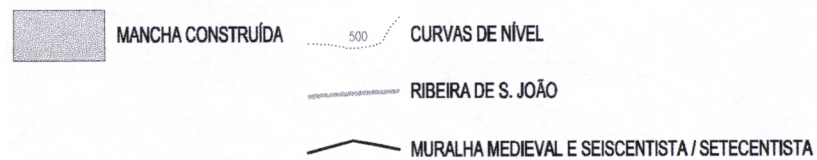
Fig. 2.3 - FOTOGRAFIA AÉREA DA VILA DE CASTELO DE VIDE





**Fig. 2.4 - IMPLANTAÇÃO DA VILA ANTIGA**

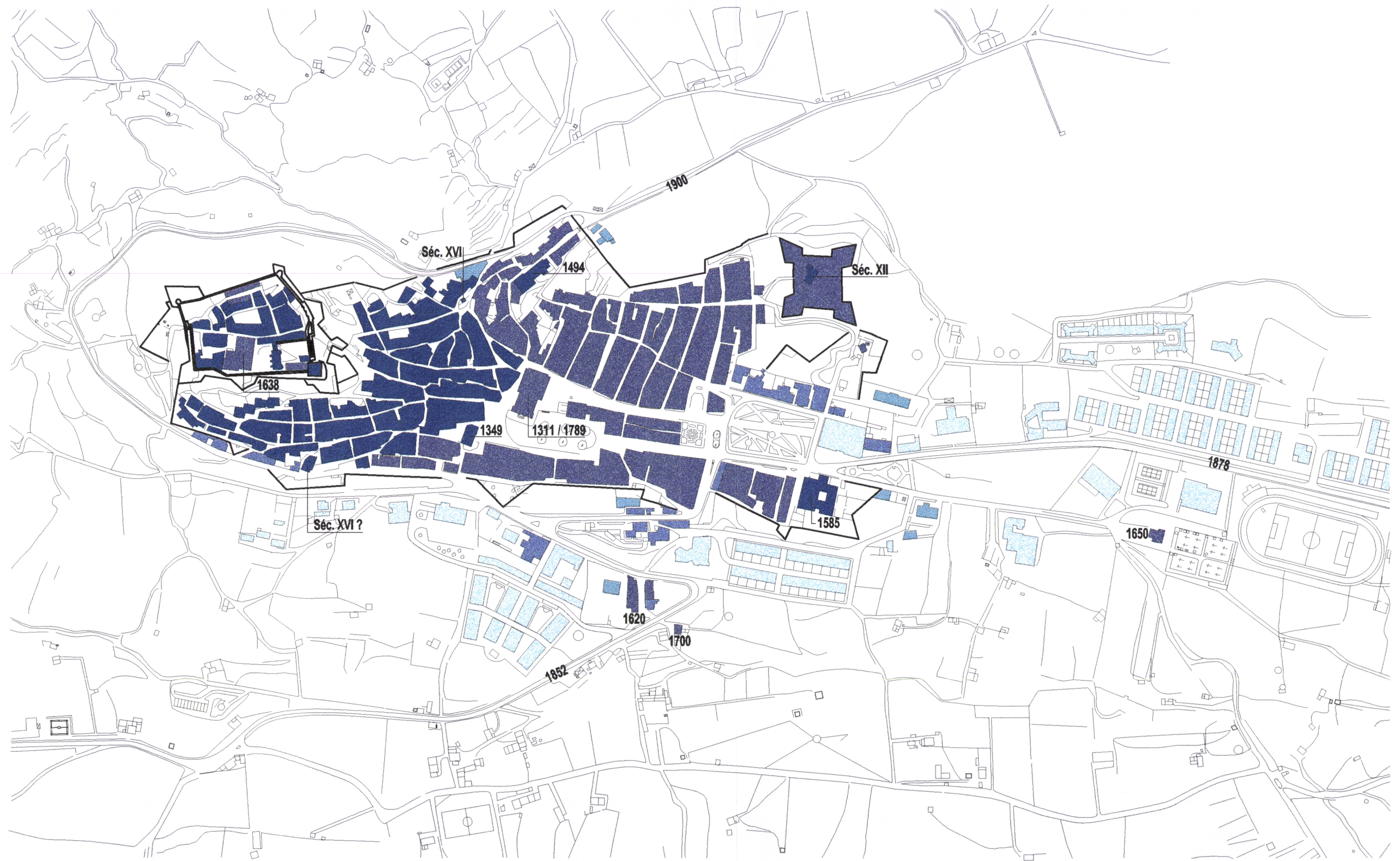
Adaptado de G.T.L. de Castelo de Vide, *Plano de Pormenor da Zona Urbana Mais Antiga de Castelo de Vide*, Vol. III, *Elementos Anexos*, Câmara Municipal de Castelo de Vide, 1999.



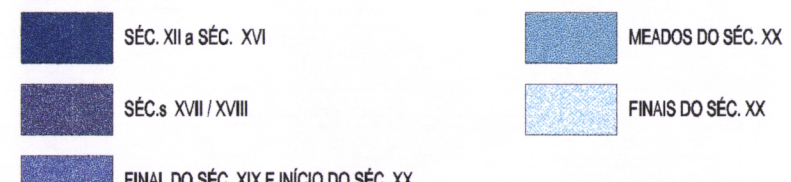
Escala - 1







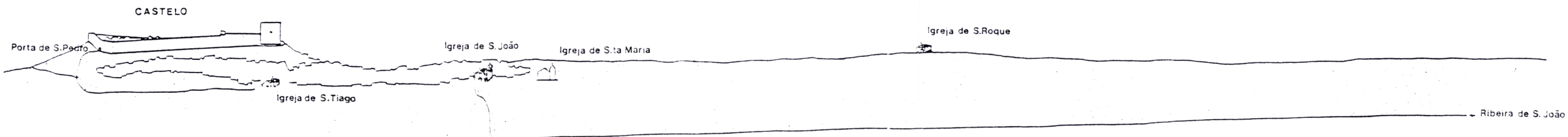
**Fig. 2.5 - PLANTA DA EVOLUÇÃO DO ESPAÇO URBANO** Adaptado de Nuno Teotónio Pereira, *Plano Geral de Urbanização*, Vol. I, *Análise*, C. Municipal de Castelo de Vide, Castelo de Vide



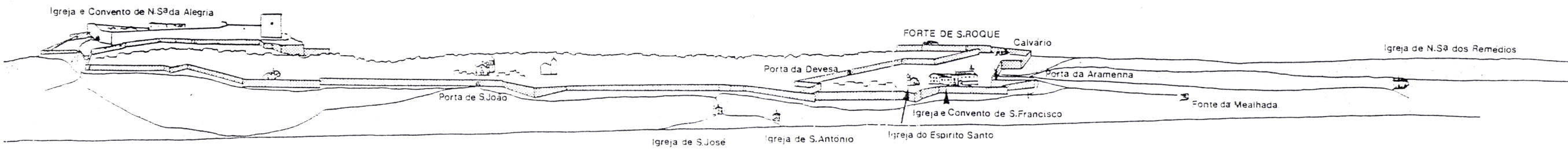
Escala - 1

0 50 100 150 200

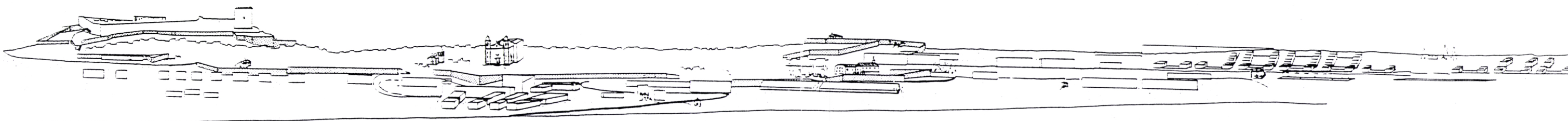




SÉC. XV



SÉC. XVIII

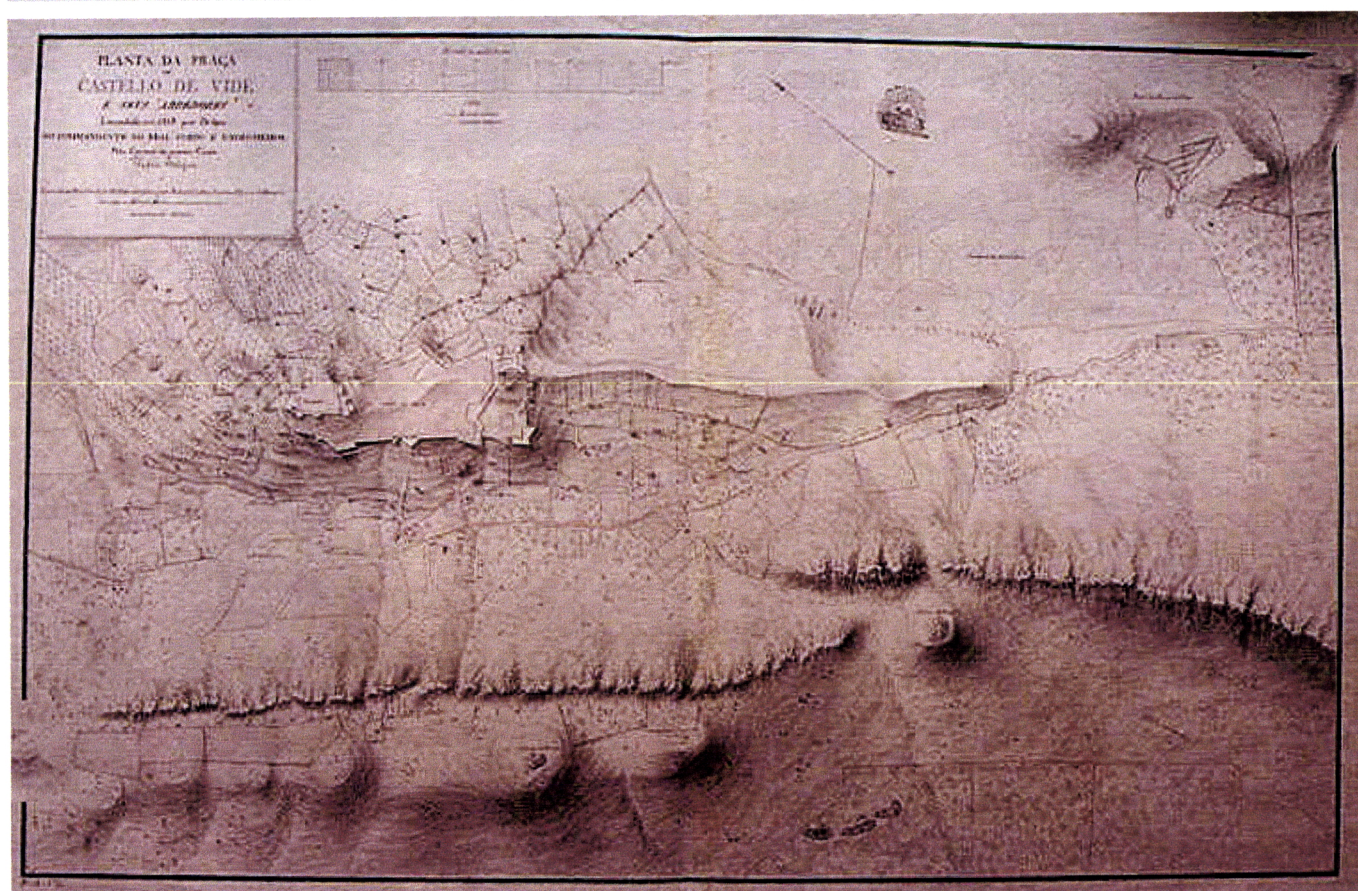
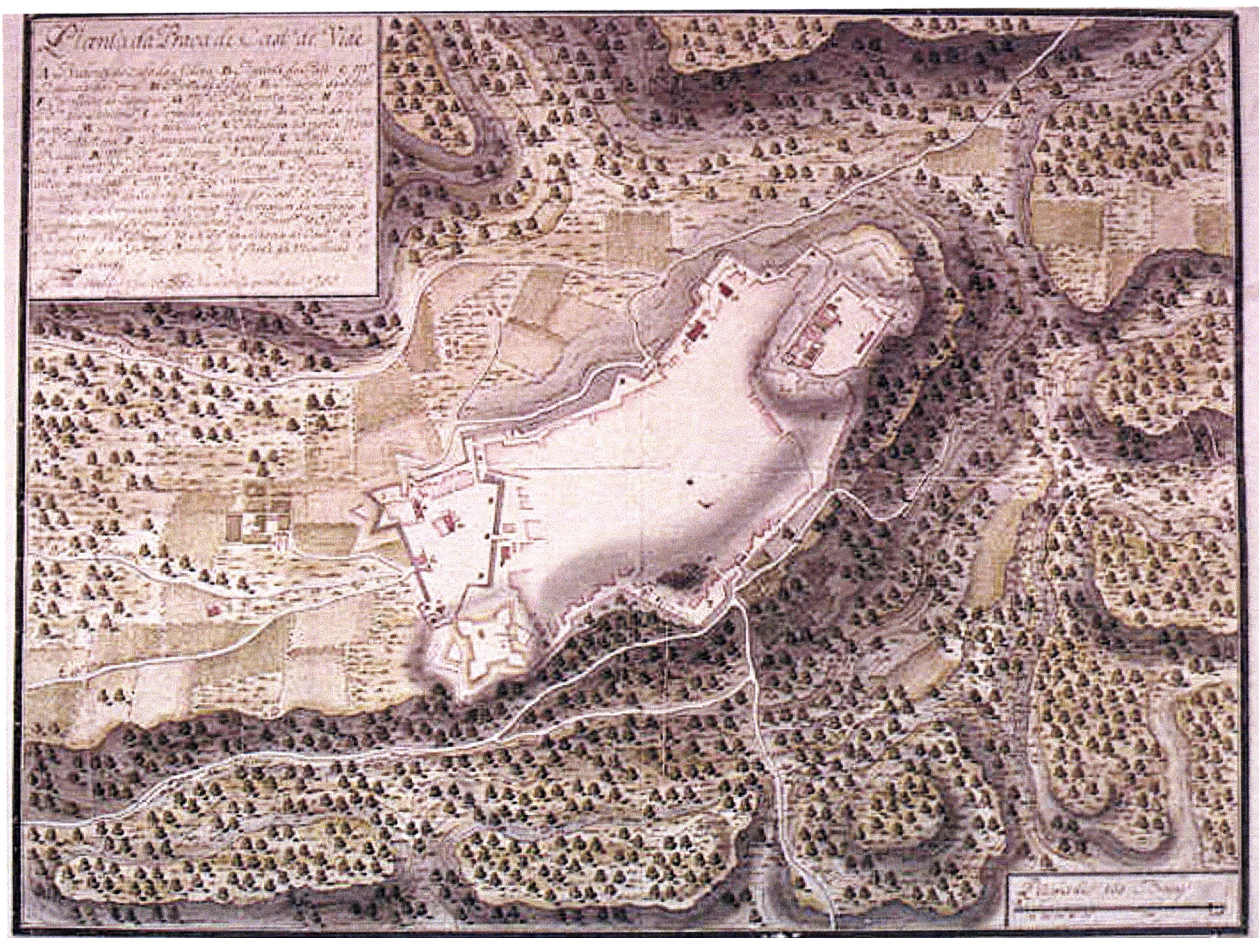


FINAIS SÉC. XX

Fig. 2.6 - PERFIL DO CRESCIMENTO URBANO

Adaptado de Nuno Tectónio Pereira, Castelo de Vide - Reabilitação e Reutilização do Castelo e Mura





## CARTOGRAFIA HISTÓRICA

(fotos da autora)

Nas plantas mais antigas de Castelo de Vide são representadas unicamente as estruturas defensivas.

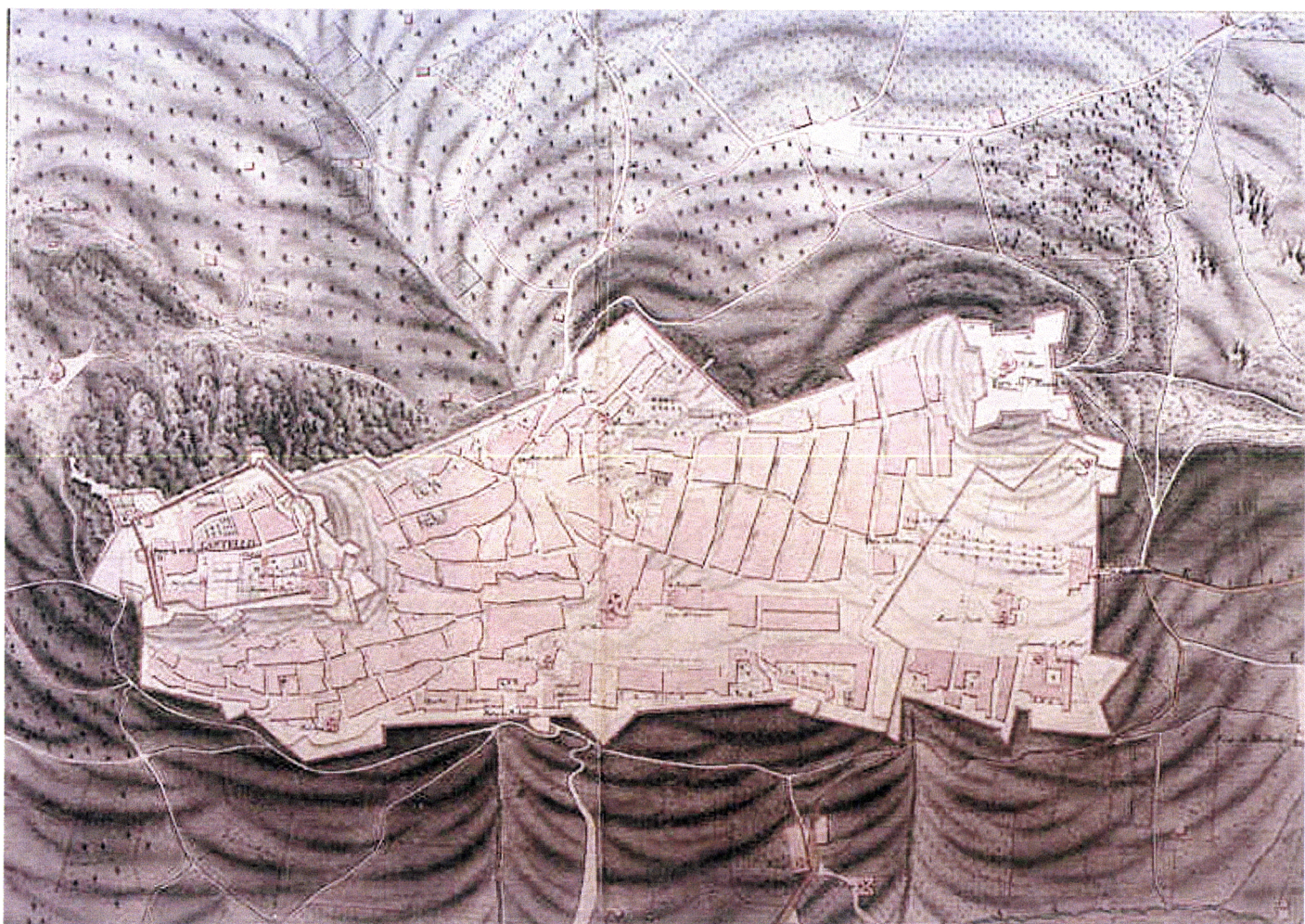
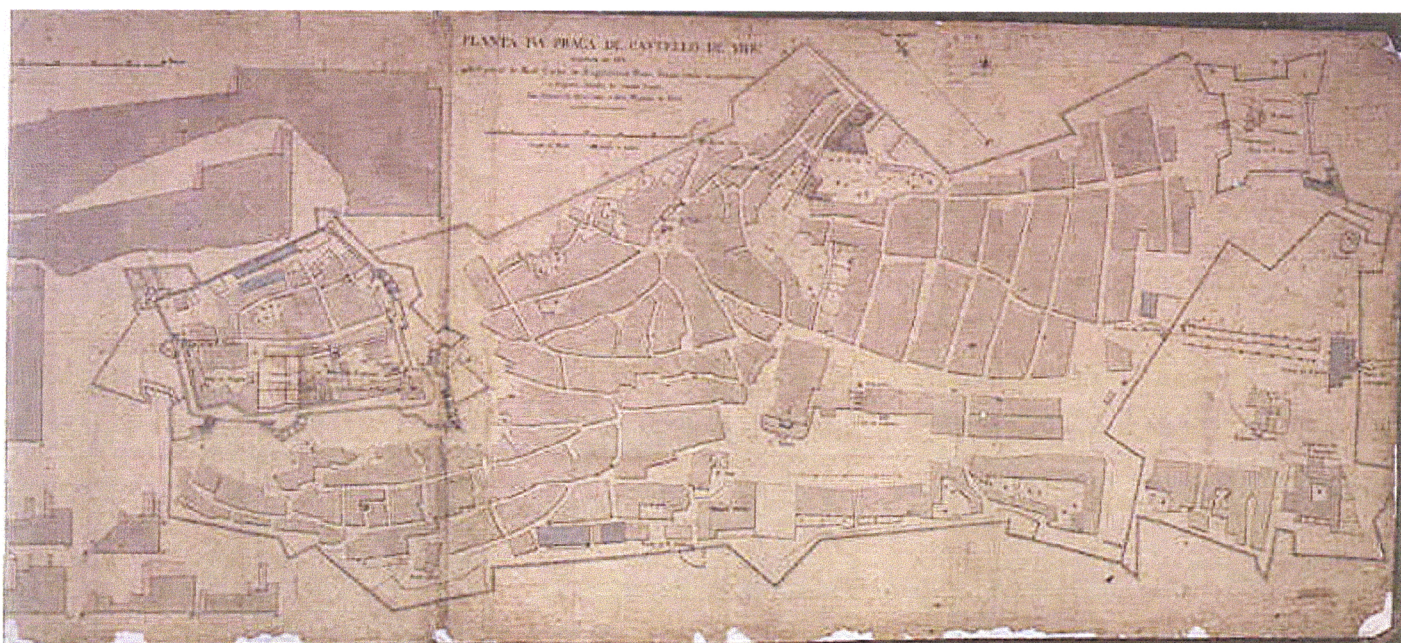
Fig. 2.7 - Miguel Luiz Jacob, *Planta da Praça de Castello de Vide*, G.E.A.E.M. , 1755.

Fig. 2.8 - Pedro Folque, *Planta da Praça de Castello de Vide e seus Arredores*, G.E.A.E.M. , 1818.









## CARTOGRAFIA HISTÓRICA

(foto 2.9 do Arquivo Militar; foto 2.10 da autora)

Fig. 2.9 - Pedro Folque, *Planta da Praça de Castello de Vide*, Arquivo Militar, 1818 (excerto).  
Fig. 2.10 - Pedro Folque, *Planta da Praça de Castello de Vide*, G.E.A.E.M., 1835 (excerto).





### 3. A JUDIARIA DE CASTELO DE VIDE - CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA

A escassez das fontes escritas, iconográficas e arqueológicas sobre a comuna judaica de Castelo de Vide torna extremamente difícil a sua caracterização histórica. Não há conhecimento da carta de privilégios da comuna, de um possível pedido de apartamento da judiaria, nem referências à construção ou existência da sinagoga e do cemitério, ou aos destinos que tiveram após a expulsão, ou ainda outras que permitam definir com mais precisão, espacial e temporalmente a história da sua comunidade judaica. Chegaram-nos apenas alguns nomes dos seus habitantes, através das cartas de privilégio e perdão individuais concedidas pelos monarcas e alguns valores das rendas.

Provavelmente, só uma investigação exaustiva em fontes primárias nos diversos arquivos (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Distrital de Portalegre ou outros) ou até na Misericórdia de Castelo de Vide, poderá, com informação inédita, trazer mais contributos ao tema<sup>1</sup>.

Não sendo nosso propósito neste trabalho fazer a história da comunidade judaica de Castelo de Vide, mas antes a caracterização do seu espaço, tentaremos fazer uma análise histórica com base nas fontes até hoje investigadas, induzindo indirectamente daquilo que nos é dado a conhecer, recorrendo por vezes a comparações, no confronto com o restante espaço da vila medieval e também com judiarias de outras localidades, sempre com a plena consciência da sua falibilidade e das inúmeras interrogações e indefinições que ficarão por esclarecer<sup>2</sup>.

#### 3.1 A COMUNA DE CASTELO DE VIDE

Laranjo Coelho faz remontar a presença judaica em Castelo de Vide a 1366, data de uma carta de D. Pedro I, onde o monarca afora a Mestre Lourenço, seu cirurgião, um chão na terra realenga do Prado, onde se cultivava a vinha. Uma vez que Lourenço é um nome cristão, consultámos esse documento e nada nos indica,

---

<sup>1</sup> O Tombo do Concelho da Vila de Castelo de Vide, o qual foi trasladado posteriormente em 1807, foi já alvo de várias leituras por diversos estudiosos, não se registando informações importantes para a caracterização da comuna judaica da vila.

<sup>2</sup> No volume II da sua obra *Os Judeus em Portugal no Século XV*, U.N.L., Lisboa, 1982, Maria José Ferro Tavares apresenta, entre outros, um levantamento populacional dos judeus de Castelo de Vide nesse século e as respectivas fontes, a que recorremos e que apresentamos no anexo 4.

Outra informação específica sobre a comunidade judaica e cristã-nova de Castelo de Vide encontra-se em: Maria José Ferro Tavares, «Judeus e Cristãos-novos no Distrito de Portalegre» in *A Cidade, Revista Cultural de Portalegre*, nº3 (nova série), Jan.-Jun. 1989; P. M. Laranjo Coelho, *O Santo Ofício no Alto Alentejo*, Lisboa, 1955; Carmen Balesteros; Jorge, Oliveira, *A Judiaria e a Sinagoga de Castelo de Vide*, Sep. de *Ibn Maruán, Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº3, C. M. Marvão, 1993; Lucília Runa; Maria do Carmo Pinto, «Vivências de uma Comunidade Cristã-nova no Século XVI: Castelo de Vide» in *Patrimónia*, nº 3, 1998. Veja-se também, para informação mais geral de enquadramento à comunidade judaica e cristã-nova portuguesa, a bibliografia apresentada na nota 1 do capítulo 1.



na verdade, que mestre Lourenço fosse judeu, referindo-se apenas que este era cirurgião do rei, devendo-se a confusão provavelmente ao facto da maioria dos cirurgiões do reino terem sido judeus<sup>3</sup>.

Assim, a referência mais antiga da presença judaica em Castelo de Vide chega-nos por via indirecta, ao tomarmos conhecimento através de uma carta de D. Afonso V, de 1439, que existe na vila o cargo de «*escrivão das sisas e feitos dos judeus*», atribuído a um cristão de nome João Leitão, criado de Rui Gomes da Silva<sup>4</sup>. Esta carta apenas confirma a atribuição dada por seu pai, D. Duarte, que por sua vez remete para o reinado anterior, pelo que podemos afirmar que no tempo de D. João I (1385-1433) já Castelo de Vide teria judeus entre os seus habitantes.

À semelhança do que sucedeu noutras localidades, a atribuição do cargo a um cristão, pode indiciar-nos que se tratava de uma comunidade pequena, que certamente não teria número suficiente de judeus habilitados para desempenhar os diversos cargos do funcionalismo público<sup>5</sup>.

Sabemos que em 1441/1442 existem mais de dez judeus moradores em Castelo de Vide, quase todos de famílias diferentes<sup>6</sup>. Deste modo, ainda que não haja referências directas à existência de uma sinagoga, podemos afirmar que, por essa altura, já seria uma realidade.

Até à expulsão, chegaram-nos apenas mais cerca de uma dezena de nomes, por vezes vários membros da mesma família, como por exemplo Jacob, Namão, Moisés e Isaac Amiz, dados manifestamente insuficientes para fazer uma estimativa populacional da comunidade.

A onomástica judaica é claramente diferenciada da cristã, sendo o primeiro nome vulgarmente de origem bíblica e o apelido de origem hebraica, árabe ou relacionado com a toponímia ou as características físicas da pessoa<sup>7</sup>. Em Castelo de Vide temos para o primeiro caso, por exemplo José Cohen, cujo apelido hebraico significa “sacerdote”, muito vulgar na região; Jacob Franco, a indiciar a

---

<sup>3</sup> P. M. Laranjo Coelho, *ob. cit.*, p.48. Citando este autor, o referido documento, que apresentamos no anexo 3.1, é também considerado como prova da mais antiga presença de judeus no concelho por António Raposo Repenicado, *Da notável vila de Castelo de Vide – Apontamentos*, Sep. de *Terra Alta*, Castelo de Vide, 1969, p. 99; Diamantino Sanches Trindade, *Castelo de Vide, Subsídios para o Estudo da Arqueologia Medieval*, Assembleia Distrital de Portalegre, Lisboa, 1979, p. 91; e Carmen Balesteros; Jorge, Oliveira, *A Judaria e a Sinagoga de Castelo de Vide*, Sep. de *Ibn Maruán, Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº3, C. M. Marvão, 1993, p. 23.

<sup>4</sup> Veja-se no anexo 3.2 a transcrição do referido documento.

<sup>5</sup> Diversos magistrados e oficiais cristãos desempenharam nas comunas judaicas cargos relacionados com o tabeliado, a jurisdição dos direitos reais ou dos feitos. Cf. M. J. Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no século XV*, vol. I, U.N.L., Lisboa, 1982, p.136.

<sup>6</sup> Veja-se no anexo 4 o levantamento populacional dos judeus de Castelo de Vide no século XV e as respectivas profissões.

<sup>7</sup> Cf. Maria José Ferro Tavares, «Judeus e Cristãos-novos no Distrito de Portalegre» in *A Cidade, Revista Cultural de Portalegre*, nº3 (nova série), Jan.-Jun. 1989, p.37.

origem da família; e Moisés Crespim ou Abraão Negrim, qualificativos da aparência física da pessoa.

À semelhança do que acontecia noutras localidades do país, as profissões exercidas pelos judeus de Castelo de Vide relacionavam-se com os mesteres artesanais e a actividade mercantil. Temos conhecimento da existência, no século XV, de dois alfaiates, dois tecelões, dois sapateiros, um proprietário de gado e terras e, pelo menos, um «banqueiro» e cinco mercadores, estes últimos percorrendo as feiras da região, de um e outro lado da fronteira, se não outras mais longe.

O estabelecimento de uma comuna era determinado pelo rei, que concedia a respectiva carta de privilégios. Terá tido Castelo de Vide a sua comuna?

Gama Barros cita inúmeras cartas de privilégios ou de confirmação destes, para diversas localidades do país, atribuídas durante os sucessivos reinados até à expulsão, não referindo, porém, nenhuma para Castelo de Vide<sup>8</sup>. Também Aida Faria não nos dá conhecimento dela, no mapa das comunas que apresenta no seu estudo<sup>9</sup>. Contudo, Maria José Ferro Tavares considera que Castelo de Vide terá tido a sua comuna, balizando-a temporalmente entre 1438 e 1496<sup>10</sup>.

Com efeito, uma carta de privilégios concedida por D. Afonso V, provavelmente em 1466, em nome de Namão Amiz morador em Castelo de Vide, refere o «*rraby e officiaees da comuna do dicto lugar*» ao isentá-lo, entre outros, da prestação de serviços e do pagamento de impostos<sup>11</sup>.

### 3.2 A JUDIARIA

Misturados entre os cristãos ou em ruas próprias, os judeus viviam, de um modo geral, perto dos arruamentos comercialmente mais importantes e movimentados, dentro das cercas muralhadas ou junto às suas portas.

É possível que Castelo de Vide tenha tido a sua primeira comunidade judaica ainda dentro do castelo embora dela não se conheçam, até agora, quaisquer testemunhos. A judiaria que hoje identificamos estabeleceu-se na encosta Nascente, mais desfavorável em termos de exposição solar e declive acentuado, mas numa zona privilegiada das actividades económicas e sociais da população,

---

<sup>8</sup> Gama Barros, «Judeus e Mouros em Portugal» in *Revista Lusitana*, vol.34, pp. 187-190.

<sup>9</sup> Aida Gisela das Neves Faria, *Análise Socio-económica das Comunas Judaicas em Portugal (1439-1496)*, (dissertação policopiada), Faculdade de Letras, Lisboa, 1963.

<sup>10</sup> Conforme o mapa da distribuição das comunas portuguesas que apresentamos na figura 1.1.

<sup>11</sup> Veja-se no anexo 3.3 a transcrição do referido documento.

junto da Porta da Vila do castelo e perto da rua e travessa do Mercado, que a ele dariam acesso.

Os terrenos e as casas não pertenciam à Coroa, que apenas possuía um imóvel na rua de Santa Maria, podendo ser propriedade do concelho ou mesmo de particulares, que certamente os aforavam aos judeus, o que poderá explicar em parte, os hiatos e a escassez de fontes documentais relativamente à sua presença nesta vila.

Relativamente à presença concreta da judiaria, ela aparece reconhecida como tal, em 1478, numa carta de quitação a favor de Joce Amice, no valor de 2.790 reais, a que correspondia a sua renda<sup>12</sup>. É muito provável que a sua existência fosse já uma realidade histórica muito antes desta data, tanto mais que, pelo menos na década de quarenta, já moravam na vila muitas famílias judaicas e certamente na dita judiaria. No entanto, acerca dela e envolta nela, existem hoje poucas referências documentais, na razão inversa das curiosidades que proliferam.

### 3.2.1 Sobre a Localização

Esta questão revelou-se pertinente para o desenvolvimento do estudo, pois a primeira dificuldade surgiu na delimitação física da Judiaria. A área oficializada corresponde a praticamente todo o bairro da Fonte da Vila, delimitada pelas ruas do Mercado, da Judiaria, ruinha da Judiaria, largo e rua do Arçário e rua Nova<sup>13</sup>. Uma tão vasta área faria supor a presença de uma grande comunidade judaica, o que na realidade não terá acontecido.

Se atentarmos em toda a área envolvida, estamos em crer que esta não se encontraria totalmente construída à data da expulsão e, ainda que tal tivesse acontecido, representaria no mínimo, quase um terço da área urbana edificada - se a considerarmos até ao antigo Rossio - proporção que, sem dúvida, acarretaria grande instabilidade na comunidade<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> Cf. P. M. Laranjo Coelho, *ob. cit.*, p.50; Lúcio Azevedo, *História dos Cristãos-novos Portugueses*, 2ª ed., Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1921, p.45.

<sup>13</sup> Segundo indicações no local, folhetos turísticos da C.M.C.V. e Região de Turismo de S. Mamede e C. Balesteros; J. Oliveira, *ob. cit.*, pp.4-6.

<sup>14</sup> Veja-se a localização da Judiaria no contexto geral da vila na planta do anexo 2.1. Sabemos, por exemplo, que a judiaria de Évora ocupava no séc. XV cerca de 1,1% da área urbana da cidade. Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no século XV*, vol. I, U.N.L., Lisboa, 1982, p.62.

No anexo 1 podemos observar diversas localizações de judiarias no contexto urbano medieval em que algumas, mesmo em comunidades mais importantes que Castelo de Vide, apenas ocupavam um arruamento.

### 3.2.2 Sobre a Renda

Um outro factor parece confirmar que, quando comparada com outras vilas e cidades do país, Castelo de Vide apresenta uma comunidade relativamente pequena, embora certamente tenha tido, à escala regional, uma importância significativa, condizente com a vitalidade que o próprio concelho detinha a essa mesma escala.

Os valores do pedido feito por D. Afonso V para a defesa do reino em 1478, são significativos, com a mais pequena contribuição à escala nacional efectuada pela judiaria de Castelo de Vide (2.790 reais), num total de 60 milhões arrecadados pelo reino, dos quais um quinto proveio das comunas judaicas, sem isenção dos privilegiados<sup>15</sup>.

Por outro lado, D. Manuel I ao decretar a ordem de expulsão dos judeus, indemnizou os arrendatários dos direitos reais das comunas do reino pelas respectivas rendas que aqueles deixavam assim de pagar. Esta operação revelou-se desastrosa para o erário régio, porque o monarca não só deixou de receber a parte destinada à Coroa, como teve também de pagar com dinheiros públicos as indemnizações aos particulares a quem havia doado as receitas.

Os valores das indemnizações foram calculados com base no rendimento dos três anos anteriores e corresponderam apenas à parte concedida, não se sabendo, porém, a verba que anualmente a Coroa arrecadava para si. Tratam-se deste modo, de valores relativos, pois não se sabe se para cada comuna a globalidade do direito era objecto de doação, ou que percentagem dele, entrando o restante nos cofres do rei. Por outro lado, o tipo de imposto que era doado podia variar, correspondendo, por exemplo, ao serviço velho, ao serviço novo, ou até ao conjunto de vários dos direitos reais, que, já de si variavam em função da riqueza da comunidade, podendo também ser concedidos por fracções a indivíduos distintos.

Também desconhecemos para cada caso o número de judeus privilegiados, que estariam isentos da contribuição, embora em Castelo de Vide, não devessem ser numerosos, uma vez que, profissionalmente, aqueles de que temos conhecimento

---

<sup>15</sup> Lúcio Azevedo, *ob. cit.*, p. 45.

eram essencialmente mesteiros e mercadores, conhecendo-se unicamente uma carta de privilégio em nome do proprietário de gado e terras Namão Amiz<sup>16</sup>.

Vemos assim a relatividade dos números que chegaram até nós mas que, na falta de um conhecimento mais completo, nos permitem, contudo, relacionar entre si as diversas comunas do reino e melhor caracterizar a de Castelo de Vide.

Sabemos que Castelo de Vide viu o rendimento da sua judiaria assente no almoxarifado de Portalegre e pago pelas sisas da vila a Duarte de Melo, fidalgo da Casa Real e alcaide-mor<sup>17</sup>. A sua renda era de 14.200 reais, valor relativamente pequeno quando comparado com as rendas de outras judiarias, ainda que, ressaltamos novamente, a comparação seja falível. Assim, no topo da escala aparecem-nos valores de rendas elevados em comunas significativas como Olivença (450.000rs), Santarém (263.333rs) ou Elvas, Juromenha e Vila Boim (113.333rs), decrescendo gradualmente com Portalegre (86.322rs e 7 pretos), Montemor-o-Novo (78.334rs), Estremoz (57.335rs), Tomar (31.777rs), Guarda (20.000rs), Monforte (17.000rs) e, já com valores menores que Castelo de Vide, por exemplo, Campo Maior (11.493rs), Alegrete (8.000rs) ou Alter (6.500rs), só para nomear algumas<sup>18</sup>.

É sempre possível, pelas razões que vimos atrás, que a comunidade fosse maior, correspondendo a renda mencionada apenas a uma fracção; no entanto, essa probabilidade existe também para as outras judiarias do reino a que nos referimos. O que não se terá verificado de igual modo em todas foi o aumento populacional que se deu com a chegada dos judeus castelhanos em 1492 e a sua posterior integração nas comunas portuguesas, população essa que não estava incluída no valor da renda. Castelo de Vide, terra de fronteira, terá então provavelmente visto aumentar a sua comunidade significativamente, tanto mais se pensarmos que perto dela esteve levantado o acampamento para os que atravessassem a fronteira alentejana de Marvão e onde permaneceram cerca de 4000 a 5000 judeus castelhanos, vigiados noite e dia<sup>19</sup>.

Já anteriormente Castelo de Vide teria certamente beneficiado da fuga para o lado de cá da fronteira dos seus correligionários, em alturas de maior instabilidade e

---

<sup>16</sup> Conforme o quadro de judeus privilegiados apresentado em Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no século XV*, vol. II, U.N.L., Lisboa, 1982, p.795. A transcrição da carta de privilégio apresenta-se no anexo 3.3.

<sup>17</sup> A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel*, liv.31, fl.72, citado por Maria José Ferro Tavares, *Judaísmo e Inquisição*, 1ª ed., Editorial Presença, Lisboa, 1987, p.41.

<sup>18</sup> Outras comparações são possíveis com os valores dos rendimentos das comunas de judeus do reino, discriminados por ordem decrescente de grandeza na tabela que se apresenta no anexo 5.

<sup>19</sup> Cf. Maria José Ferro Tavares, *Los Judíos en Portugal*, Mapfre, Madrid, 1992, p.130.

perseguições no reino vizinho. Com a expulsão definitiva em 1492, muitos foram os que entraram pelo porto seco de Marvão<sup>20</sup> e se terão estabelecido depois na zona raiana. É disso exemplo e certamente o mais conhecido, a família do notável naturalista *Garcia da Orta*, nascido já em Castelo de Vide e cujos pais, o mercador Fernão da Orta e Leonor Gomes, originários das vizinhas povoações espanholas de Valência de Alcântara e Albuquerque, se vieram instalar nesta vila<sup>21</sup>.

### 3.2.3 Sobre a Toponímia<sup>22</sup>

Na época medieval, a designação dos espaços urbanos era feita em função das características do lugar, de modo que a sua compreensão fosse acessível a qualquer pessoa que o habitasse ou visitasse. Ao invés da tradição, a partir do século XIX, de homenagear indivíduos importantes cujo nome passava a denominar aleatoriamente uma rua, as designações medievais visavam a orientação clara no espaço, para a qual iam buscar os seus elementos mais identificativos: formas visuais determinadas, arquitecturas civis ou religiosas, a presença da água, animais, alimentos e locais de venda, ofícios artesanais e mercantis, etc., ajudavam à percepção concreta e distinta do espaço urbano. É dentro deste contexto qualificativo que nos surgem claramente significantes, a rua da *Fonte*, a rua do *Mercado*, o largo da *Fonte da Vila*<sup>23</sup>, anteriormente terreiro da Fonte, ou mesmo a rua dos *Serralheiros*, pela provável associação destes profissionais no dito arruamento.

Não restam dúvidas da presença de judeus em Castelo de Vide se atentarmos ao topónimo *Judiaría*, nas versões rua e ruinha. Se bem que a toponímia que hoje existe não possa ser considerada uma certeza documental, garantindo a 100% este facto - dado que poderá ter sido alterada ao longo do tempo- parece-nos altamente improvável designar por *Judiaría* um arruamento que não fosse habitado por judeus, dada a carga negativa que a designação sempre conteve junto da população cristã maioritária, pelo que acreditamos terem ali habitado judeus.

---

<sup>20</sup> Segundo Lúcio de Azevedo terão entrado pela portagem de Marvão em 1492 provenientes de Castela cerca de 15.000 judeus (*ob. cit.*, p. 21).

<sup>21</sup> Seria sem dúvida interessante apurar da mobilidade dos cristãos-novos nesta zona raiana, de um e outro lado da fronteira, onde, como e quando se dispersam e reencontram as famílias, em função da flutuação da agressividade de actuação do Santo Ofício em cada um dos reinos.

<sup>22</sup> Acerca da toponímia da vila de Castelo de Vide, António Repenico fez o estudo mais completo que conhecemos e ao qual recorreremos, ainda que este nem sempre nos informe sobre as fontes que utilizou (*Da Notável Vila de Castelo de Vide- Apontamentos*, Sep. de *Terra Alta*, Castelo de Vide, 1969).

<sup>23</sup> É actualmente designado por largo Dr. José Frederico Laranjo, embora na tradição popular permaneça conhecido como largo da Fonte da Vila.

A rua da Judiaria, existente em grande parte dos aglomerados urbanos medievos, era o arruamento habitado pelos judeus da localidade, a totalidade ou não e onde geralmente ficava situada a sinagoga, o que é pacífico ter acontecido também aqui.

Relativamente à ruinha da Judiaria, também ela habitada por judeus, colocaram-se nos algumas dúvidas sobre quando terá surgido o termo *ruinha*: Se bem que na época medieval as designações definam e hierarquizam os espaços que denominam, como ruas, vielas, becos, adros, etc.<sup>24</sup>, para nomear espaços como o referido surgem correntemente os termos travessa, calçada, infesta ou escada, mas não *ruinha*. A confirmar este raciocínio e a contemporaneidade desta designação está o facto de, em diversos processos camarários dos anos 50 e 60, este arruamento ser identificado como *travessa da Judiaria*, nome que provavelmente teria antes do actual<sup>25</sup>.

O topónimo presente no largo e rua do *Arçário*, é tradicionalmente atribuído “ao homem que guardava na *arca* os dinheiros da comuna”, razão pela qual está assinalada a “casa do arçário” no dito largo (só de alguns anos a esta parte). Esta explicação parece-nos totalmente inverosímil, tanto mais que noutra local da vila existe também um nome, *Arreçário*, cuja origem parece ser a mesma e que significa «*alargamento pronunciado, saliência, bojo*»<sup>26</sup>, perfeitamente ajustado à topografia do terreno naquele local. Outras explicações possíveis e até semelhantes, encontram-se em António Repenicado, que conclui igualmente ser *Arçário* a designação do local ainda antes de ser rua ou largo<sup>27</sup>. A designação parece de tal modo independente do significado que hoje lhe atribuem, que nos processos camarários vem referenciada arbitrariamente por *arçário*, *arsário* ou *arreçário*, coexistindo mesmo num só processo duas designações distintas<sup>28</sup>.

A rua do Mestre Jorge e a travessa do Mestre Jorge devem o seu nome ao físico da vila, cristão-novo, que a 12 de Janeiro de 1545 recebeu do físico-mor do reino a aprovação do exame por se mostrar apto «*a curar de físico pelas curas feitas e*

---

<sup>24</sup> Amélia Aguiar Andrade, «Conhecer e Nomear: A Toponímia das Cidades Medievais Portuguesas» in *A Cidade*, nº58, Universidade Aberta, p. 125.

<sup>25</sup> Arquivo da Câmara Municipal de Castelo de Vide, *Processos de Obras* nº 32-0/954 e nº 72/0/68, de 1954 e 1968, respectivamente.

<sup>26</sup> Segundo Cunha e Serra, «*a base de todos estes topónimos (Arressário, Arrassaio, Arressaio ou Ressaio, Resaio e Rossaio) é o apelativo ressaio (...); pelo menos em certas zonas de Trás-os-Montes, é correntíssimo o emprego do vocábulo em escrituras de compra-venda (uma casa com seu ressaio...ou arressaio...).*O ressaio é, com efeito, o terreirinho ou ádito junto ou diante da casa de lavoura. (...) Justamente o alargamento pronunciado, a saliência, o bojo, que em dada altura do seu percurso se observa na rua do Arressário de C. Branco – isso é que é o ressaio. Valerá a pena lembrar o verbo ressaír e o sentido intensivo do prefixo re-/red-?» citado em Carmen Balesteros; Jorge, Oliveira, *ob. cit.*, p.24.

<sup>27</sup> António Repenicado, *Da Notável Vila de Castelo de Vide- Apontamentos*, Sep. de *Terra Alta*, Castelo de Vide, 1969, p.83.

<sup>28</sup> Arquivo da Câmara Municipal de Castelo de Vide, *Processos de Obras* nº 8/0/68, nº 44/0/68, nº 49/0/68.

*suas experiências*»<sup>29</sup>. A rua Diogo Belo recebeu a designação do familiar do Santo Ofício, capitão de Ordenança da vila e que aí nasceu em 1726<sup>30</sup>. Não sabemos, no entanto, se estas ruas são anteriores às datas referidas, tendo sido inicialmente designadas por outro nome.

A rua Dr. José António Serrano, parece-nos ser a única do conjunto que mudou de nome em época mais recente, em homenagem ao conterrâneo Doutor Mestre Anatómico que aí nasceu. Segundo Repenicado era anteriormente designada por rua *Cega*, para a qual regista duas versões da sua origem: nela morou em tempos uma mulher cega, sendo a rua apelidada inicialmente de rua *da cega*; ou que o nome se deve ao traçado particular da rua, que apenas permite a visibilidade para o céu, e ser *cega* para o campo e restante espaço urbano<sup>31</sup>. Por sua vez, Amélia Andrade refere a existência de ruas cegas, em particular no Sul do país, como «*ruas sem saída, de extensão muito reduzida e de serventia ainda mais localizada*»<sup>32</sup>, resultado da apropriação do espaço público pelos interesses privados, embora tal explicação não se ajuste perfeitamente a este caso particular, pelo menos na sua configuração actual.

Certamente terá sido a toponímia a induzir em erro a demarcação de tão grande judiaria, ao associar a rua *Nova* à presença de judeus, e toda a área que a separa da rua da Judiaria, como fazendo parte integrante do bairro judaico.

A designação de rua *Nova* surgiu em muitas localidades, como no caso de Tomar, na substituição da anterior designação de rua da judiaria onde viviam os judeus: *Nova*, de morada da *nova* cristandade. Contudo, outros casos há em que a rua toma o nome de *nova*, porque simplesmente não existia antes, marcando apenas e tão só, um ritmo de ocupação urbana, situação que nos parece ser apropriada ao caso de Castelo de Vide.

No entanto, a tradição local atribui à rua o nome de *Nova* pelo facto de ter começado a ser habitada pelos primeiros cristãos-novos que abandonaram a

<sup>29</sup> Cf. P.M. Laranjo Coelho, *ob. cit.*, p.75.

<sup>30</sup> Cf. António Repenicado, *ob. cit.*, p.95. «[Os familiares] eram, geralmente, recrutados entre as pessoas nobres de uma terra e que provassem não terem na sua ascendência sangue de judeu, mouro, turco, negro, herege ou criatura que fosse de outra raça infecta. A sua missão destinava-se, (...) a auxiliar o Tribunal do Santo Ofício em todas as diligências necessárias à realização dos seus fins.(...)Esta qualidade dava ao habilitado determinadas garantias e o uso de certos privilégios no foro civil e eclesiástico, além da importância que este cargo tinha, como é de supor, em terras onde havia uma importante judiaria», pelo que era muito cobiçado. Não deixa de ser interessante assinalar a morada de um importante Familiar do Santo Ofício, cuja rua lhe ganhou o nome, tão próxima fisicamente da Judiaria. P. M. Laranjo Coelho, *ob. cit.*, p.6.

<sup>31</sup> No ano de 1955 surgem nos processos de obras as duas designações, aparecendo-nos também a rua Dr. José António Serrano em 1952 e a rua *Cega* em 1958. Deste modo, não sabemos ao certo se estes dois nomes correspondem a ruas diferentes, ou se durante algum tempo, por força do hábito, coexistiram ambos na designação popular. Arquivo da Câmara Municipal de Castelo de Vide, *Processos de Obras nº 21-0/952, nº 42-0/955, nº 55-0/955 e nº 86/0/958*.

<sup>32</sup> Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, p. 125.



judiaria após o baptismo, o que até nos parece plausível<sup>33</sup>, mas que não nos permite afirmar a totalidade da área como habitada por judeus. A autorização para a construção da ermida de Santo Amaro em 1494, revela que a sua localização seria «cerca» da vila, pelo que se depreende que algumas construções já estariam próximas da zona da fonte<sup>34</sup>. No entanto, em 1534 ainda a ermida de Santo Amaro se encontrava isolada, tendo a câmara oferecido um «*terreno maninho e desaproveitado, que possuia detraz della, à confraria da Misericórdia para edificações de casas*»<sup>35</sup>. Parece-nos assim, não ser provável que a totalidade da encosta estivesse ocupada à data da expulsão, tanto mais que a rua Nova é estruturante e certamente anterior a ruas como Diogo Belo ou Dr. António José Serrano. E se de facto a rua Nova marca o início da ocupação pela nova cristandade, pelo menos a área definida pelas ruas anteriores, de ocupação posterior, não terá sido nunca habitada por judeus.

#### 3.2.4 Sobre as Portas

Terá a judiaria da Castelo de Vide sido alguma vez apartada?

A questão permanece sem resposta. É certo que D. Pedro I (1357-1367) decretou o apartamento das judiarias - encerradas logo que tocava o «*sino d'oraçom*» das Avé-Marias - ratificado depois pelos seus sucessores, mas nalguns casos a sua aplicação prática levou muito tempo, sobretudo nas comunidades pequenas, onde o pouco peso da minoria judaica não suscitava instabilidade, podendo mesmo algumas delas nunca ter sido apartadas.

Sabemos que em Palmela, em 1439 não existia sequer judiaria, vivendo os judeus nas melhores ruas da povoação<sup>36</sup>. Em Lamego, no século XV, os cerca de 400 judeus das suas duas judiarias não viviam apartados, causando grande escândalo entre a população cristã<sup>37</sup>. Mourão, por sua vez, só teve a judiaria apartada no reinado de D. João II (1481-1495), enquanto em Olivença, em 1475, os judeus obtêm permissão para morar entre os cristãos devido a uma sobrelotação da sua judiaria<sup>38</sup>. Contrariando a ideia de *gueto* encerrado e vigiado, de cumprimento

<sup>33</sup> Coincidência ou não, a primeira casa que sobe a rua Nova a partir do largo da Fonte possui um vão cuja cantaria apresenta um peixe gravado (fig. 6.5) o que confirma, segundo a tradição oral, a adesão ao cristianismo dos proprietários, os *Maroc*.

<sup>34</sup> Cf. Diamantino Sanches Trindade, *Castelo de Vide, Arquitectura Religiosa*, vol. I, C.M.C.V., Lisboa, 1981, p.53.

<sup>35</sup> Cesar Videira, *Memória Histórica da muito Notável Villa de Castello de Vide*, Lisboa, 1908, p.64.

<sup>36</sup> Cf. Gama Barros, *ob. cit.*, p.249.

<sup>37</sup> *Ibidem*, pp. 247-248.

<sup>38</sup> Cf. Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no século XV*, vol. I, U.N.L., Lisboa, 1982, p.103.

estritamente rígido vemos, deste modo, alguma flexibilidade na aplicação das ordenações do monarca.

Não há nas chancelarias ou noutra documentação que se tenha conhecimento, referências ao encerramento da judiaria de Castelo de Vide ou quaisquer protestos do concelho nesse sentido, o que não significa que esta não tivesse sido apartada, pois existem muitos hiatos na informação documental. No entanto, a comuna era relativamente pequena e o encerramento da sua judiaria pode nunca ter acontecido<sup>39</sup>.

### 3.3 DELIMITAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO

Parece-nos, portanto, que a Judiaria de Castelo de Vide teria tido proporções verdadeiramente mais reduzidas do que as assinaladas, embora não as saibamos definir concretamente. A dificuldade surge também em identificar no macro-universo da idade Média, onde se situava a expansão urbana no ano de 1496. Chegaria já à matriz? Desceria até à fonte? Ocuparia toda a concha?.

É possível que a judiaria tenha abrangido pouco mais que um arruamento, tendo sido alargada a área com a vinda dos judeus castelhanos, no período que medeia as duas expulsões ibéricas. Após a expulsão de Portugal e o baptismo forçado, certamente alguns judeus terão regressado a Espanha, outros partiram para mais longe, tendo outros permanecido. Em termos urbanos, é possível ter havido alguma ruptura e descontinuidade na ocupação, como sucedeu noutras localidades, com a compra pelos cristãos-velhos das antigas casas judaicas ou os cristãos-novos a habitarem conjuntamente com aqueles em locais anteriormente cristãos. Vemo-los anos mais tarde, através dos processos da Inquisição, a residir, por exemplo, na rua de Santo Amaro, no terreiro do Mercado ou no Rossio de Castelo de Vide<sup>40</sup>.

Mas muitos cristãos-novos terão continuado a habitar o primitivo bairro judaico, tendo descido e densificado a encosta, à medida que a vila começava a registar um desenvolvimento económico e aumento populacional.

Esta situação parece-nos particularmente interessante e faria tanto mais sentido, porquanto o próprio urbanismo se fecha em concha, reflexo sem dúvida de factores físicos, mas também num paralelismo com uma comunidade que, de perfeitamente integrada antes da expulsão, se fechou sobre si mesma depois desta, na camuflagem de uma crença que muitos terão mantido por largo tempo.

---

<sup>39</sup> Cremos, ao contrário de Carmen Balesteros e Jorge Oliveira, que a concavidade que se vê no afloramento granítico no final da rua da Judiaria, não constitui um indício da existência das portas de encerramento desta (*ob. cit.*, p.23).

Castelo de Vide terá tido, sim, uma comunidade cristã-nova significativa e com uma importância fulcral no vigor da sua economia. Ligados à produção de panos, muitos cristãos-novos eram alfaiates tecelões, trapeiros, tintureiros, cardadores, ou criadores de ovelhas, dedicando-se também, como complemento ou em exclusivo, à actividade de mercador (o que de resto acontecia já anteriormente com os judeus). Frequentavam as feiras da vila (em Janeiro, no domingo de Ramos e em Agosto) e outras mais longínquas dentro do reino, em Vila Viçosa, Portalegre, Flor da Rosa, Penela e Lisboa; ou fora dele, em Sevilha, Córdova, Trujillo, Cáceres ou Toledo (onde trocavam especiarias e panos da Índia por seda)<sup>41</sup>.

Estes frequentes intercâmbios facilitaram o contacto com outras comunidades cristãs-novas e, consolidados ao longo de anos, ajudaram a criar laços e redes de entre-ajuda mútua, aproveitados mais tarde como rotas de fuga, por terra ou por mar, através de Espanha até locais mais longínquos na França, Itália, Alemanha, Flandres, Holanda e Império Otomano<sup>42</sup>.

O desenvolvimento económico que a vila de Castelo de Vide registou neste século XVI, certamente não foi alheio à dinâmica manufactureira e comercial desta nova comunidade cristã que, à semelhança da judaica, se encontra ainda muito mal estudada, mas cujo poder e riqueza seriam consideráveis. Vemo-los «*como lançadores do serviço prestado pelos cristãos-novos a D. Sebastião, a emprestarem somas avultadas a altos dignitários eclesiásticos, como foi o caso do bispo de Portalegre, D. André de Noronha, a exercerem a actividade de banqueiros, etc.*»<sup>43</sup>.

A entrada do Santo Ofício na vila, a partir da década de setenta, vai registar um número significativo de processos entre os seus habitantes, que parece confirmar a sua importância e accionar com mais intensidade as rotas de fuga<sup>44</sup>.

---

<sup>40</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, nº 5998, nº 7467 e nº 8543, respectivamente.

<sup>41</sup> Cf. Lucília Runa; Maria do Carmo Pinto, *ob. cit.*, pp. 12 -13.

<sup>42</sup> Sobre os itinerários de fuga dizem-nos Lucília Runa e Maria do Carmo Pinto o seguinte: «*Um deles era feito por terra, até Navarra, em hábito de romeiro, onde se encontrava Mestre Pedro Angeja, judeu, o qual dispunha de contactos que poderiam conduzir os fugitivos até à Alemanha. Igualmente em Navarra encontrava-se Diogo Gomes, de Portalegre, também ele capaz de levar os fugitivos até à Alemanha ou à Flandres. Mas se se preferisse tomar o caminho de Valência de Aragão, lá estariam Pedro Dias Toscão, Domingos Gomes ou Fernão Rodrigues, todos eles com acesso a guias capazes de os conduzir através da França, com destino à Alemanha. De tudo isto fica bem patente que estas redes de fuga e sua respectiva organização não ficavam a dever-se à iniciativa individual. Existiam para esse efeito redes pré-definidas, e os elos que as compunham, com os quais se podia estabelecer contacto, podiam ou não ser parte integrante da comunidade de origem dos fugitivos. Um desses elementos era (...) o "homem de Salónica", que se prontificou a acompanhar alguns cristãos-novos de Castelo de Vide até Veneza e daí até Salónica.*». *Ibidem*, p. 16.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>44</sup> Laranjo Coelho apresenta-nos por ordem alfabética todos os processos de habilitação para familiares na vila de Castelo de Vide e conclui que «*Poderá facilmente aquilatar-se a actividade desenvolvida pelos familiares do Santo Ofício em Castelo de Vide não somente pelo seu número, como principalmente pela quantidade de processos instaurados contra os judeus e cristãos-novos que faziam parte da colónia israelita da judiaria da vila.*». (*ob. cit.*, p. 7).

Aqueles que permaneceram, porém, foram transmitindo na clandestinidade e durante séculos o vigor das suas crenças, responsáveis talvez pela miscegenação patente em algumas tradições locais de cariz misto que nos chegaram até hoje, como parece ser a celebração da Páscoa ou o fabrico dos bolos da massa<sup>45</sup>.

Na ausência de um conhecimento fidedigno da totalidade da área e dos limites da antiga judiaria, optámos por tratar neste estudo toda a concha do bairro da Fonte da Vila, ou seja, toda a área influenciada pelo impulsionador urbanístico que foi a fonte, uma vez que se trata de um sistema espacial coerente, uma unidade estrutural e morfológica<sup>46</sup>.

Ainda que a área possa ser designada por *Judiaria* num sentido lato, como morada de judeus antes da expulsão e antigos judeus depois dela, é, contudo, mais correcto designá-la por Judiaria e área Cristã-nova ou, tão só, bairro da Fonte da Vila.

---

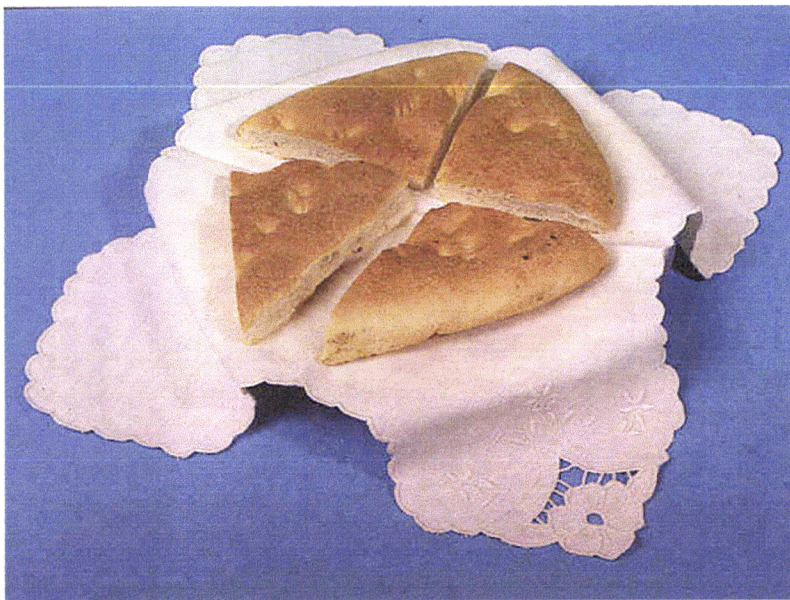
<sup>45</sup> Ver figuras 3.1 a 3.3. Sobre o tema, veja-se o estudo de Juliette Favreul, *La Semaine Sainte a Castelo de vide, Sur les Chemins d'une Identité Marrane*, (texto policopiado), École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1994. A propósito da singularidade da celebração da Páscoa em Castelo de Vide, a autora reflecte sobre a natureza da actual religiosidade dos castelovidenses no quadro de uma religião popular que, com influências cripto-judaicas e pagãs, ultrapassa largamente o estrito catolicismo.

Como influências da cultura judaica a autora refere por exemplo, certas tradições culinárias da ementa pascal, como o borrego e o seu modo de abate e preparação (algumas famílias matam-no ao fim-de-tarde de sexta-feira para "ficarem com mais tempo ao sábado" lembrando as prescrições judaicas da sua imolação ao crepúsculo e a guarda do *Shabat*); os bolos da massa comidos na refeição de domingo (massa não fermentada, antigamente rolada sobre uma pedra e cozida no forno comunitário e que descenderá em linha directa do pão ázimo judeu); ou mesmo o perdão mútuo das ofensas e culpas entre os habitantes no sábado à noite (derivado da interpretação que o culto marrano faz do *Yom Kippur*, o *dia do Perdão*); e a importância da sua comunidade cristã-nova, atestada na presença das associações de artífices da vila, numa procissão que remonta ao séc. XVI e que foi mais tarde incorporada no domingo de Páscoa, dia em que agora se realiza. Na maioria das vezes a população não sabe explicar o significado de certos procedimentos que aprenderam com os seus antepassados e que ensinam aos seus descendentes, misturando-se deste modo rituais que perderam o seu primeiro significado e se perpetuam como tradições e costumes de uma cultura específica.

<sup>46</sup> A delimitação da área em estudo apresenta-se na figura 3.4. Como auxiliar ao estudo desta área encontra-se no anexo 2.2 a planta da toponímia e números de polícia.







## TRADIÇÕES LOCAIS

Fig. 3.1 - Alindam-se as janelas e sacadas para a procissão de domingo de Páscoa (Carreira de Cima).

Fig. 3.2 - O típico bolo da massa de Castelo de Vide.

Fig. 3.3 - Na manhã de sábado de Páscoa os borregos são benzidos pelo padre e vendidos em frente da igreja de Santa Maria.

(fotos 3.1 e 3.3 da autora; foto 3.2 de Augusto Rainho)







**Fig. 3.4 - PLANTA DE DEMARCAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO**

Desenho de

ÁREA EM ESTUDO



Escala - 1

0 50 100 150 200





## 4. CARACTERIZAÇÃO URBANA

### 4.1 MORFOLOGIA E IMAGEM URBANAS

Sabemos que a forma urbana resulta da conjugação de uma série de elementos morfológicos entre si, em resposta a um contexto histórico e cultural numa dada época. Da articulação da estrutura da malha urbana, dos quarteirões, ruas, fachadas, monumentos, etc., resultam diferentes formas e imagens urbanas, ao dispor de intencionalidades voluntárias ou não.

Na área em estudo, o espaço urbano surge-nos surpreendente e intensamente emocional dada a sua organicidade morfológica, onde o traçado é definido por uma série de arruamentos descendentes e convergentes para o largo da fonte, delimitando frentes construídas e espaços vazios<sup>1</sup>.

#### 4.1.1. O Traçado

Raras vezes chegam até nós exemplos em que a ocupação urbana do solo tenha sido tão consonante com o espaço natural, tão claramente adaptada à topografia, tão logicamente coerente.

A formação das cidades medievais é fruto de um crescimento lento, resultado de um contínuo juntar de pedaços a outros já existentes, de uma forma espontânea e orgânica<sup>2</sup>. No entanto, a organicidade desse espaço não é de modo algum gratuita nem o resultado caótico, visto a ocupação urbana se fazer obedecendo a regras na apropriação do espaço, que lhe conferem coerência.

O suporte geográfico foi sempre determinante para o modo de ocupação urbana, condicionando desde logo a estrutura viária e fundiária, adaptadas logicamente à topografia. Mas as próprias aptidões do lugar poderão ser indutoras das formas urbanas. «O sítio contém, em muitos casos, a génese e o potencial gerador das formas construídas, pelo apontar de um traçado, pela expressão de um lugar»<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Na caracterização urbana da área particularizámos sobre a intervenção dos diversos elementos morfológicos na produção da forma e imagem urbanas e na definição das relações cheio/vazio, conforme se aponta em P. Panerai; J. C. Depaule; M. Demorgon; M. Veyrenche, *Éléments d'Analyse Urbaine*, Archives d'Architecture Moderne, Bruxelles, 1980; Kevin Lynch, *A imagem da Cidade*, Edições 70, Lisboa, 1996; José Ressano Garcia Lamas, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, F.C.G./J.N.I.C.T., 1992; C. Devilliers, «Typologie de l'habitat et Morphologie Urbaine» in *l'Architecture d'Aujourd'hui*, n°174, Paris, Julho 1974; e Adam Yedid, *Centres Historiques. Méthodes d'Analyse*, Éditions du Service Technique de l'Urbanisme, Paris, 1989.

Para uma melhor compreensão desta análise vejam-se as plantas base de caracterização urbana nas figuras 4.1 e 4.2 e a intervenção dos vários elementos morfológicos na produção do espaço urbano nas figuras 4.5 e 4.8 a 4.12.

<sup>2</sup> Com excepção das que resultam de formação regular e voluntária, segundo um plano pré-concebido, como são exemplo as bastides francesas, ou mesmo aqui ao lado o burgo de Nisa.

<sup>3</sup> José Lamas, *ob. cit.*, p.63. Vejam-se para a leitura dos diferentes traçados urbanos as figuras 4.3 e 4.4.

No bairro da Fonte da Vila, a natureza do sítio sugeriu, desde logo, a implantação em anfiteatro aberto ao campo, mas um outro elemento, também de carácter físico, veio, definitivamente, determinar a configuração do traçado: a fonte.

Este modelo urbano de *traçado radioconcêntrico*, inúmeras vezes presente em aglomerados medievais, explica-se, segundo Lavedan como um processo de «*envolvimento e atracção*»<sup>4</sup>. Um monumento, enquanto local de poder, hierarquiza o espaço envolvente em função dele<sup>5</sup>. O seu poder de atracção faz convergir para ele o sistema viário, estabelecendo uma comunicação directa com os locais à sua volta, enquanto que o instinto de protecção que se estabelece em volta de um bem precioso tende a envolvê-lo com construções.

Mas o poder nem sempre tem um estatuto simbólico, pode antes surgir de uma necessidade funcional. A água, é desde sempre um bem indispensável à sobrevivência humana e a sua procura e protecção uma realidade desde os tempos mais remotos. A fonte da Vila data do séc. XVI, mas antes dela já existia a nascente, que era utilizada pela população do burgo para abastecimento do castelo. Muito naturalmente os caminhos desceram ao seu encontro.

A rua da Fonte, partindo da Porta da Vila do castelo até à fonte, terá sido um caminho antes de ser rua. Do mesmo modo, a rua Nova terá feito a ligação entre a fonte e a ermida de Santa Maria, no local da actual igreja. Os edifícios foram-se posicionando em função do traçado viário, estabelecendo quarteirões e novos arruamentos sempre convergentes e descendo a encosta, cujo declive favorecia o escoamento natural das águas das chuvas.

A fonte é, deste modo, o ponto focal que determina o modelo urbano e o polo irradiador de crescimento.

Outros elementos foram também influentes para a estruturação do espaço urbano, condicionando ou marcando etapas do seu crescimento, como as muralhas seiscentistas ou o arco da Porta Nova, constituindo hoje fortes elementos de identificação visual e de referência do conjunto urbano.

#### **4.1.2 O Construído**

Os quarteirões, cuja configuração resulta das lógicas da divisão fundiária do solo e de ordenação do espaço urbano, são essenciais para a definição da morfologia urbana, uma vez que constituem o elo de ligação entre vários dos seus elementos,

---

<sup>4</sup> Cf. Pierre Lavedan, *Histoire de l'Urbanisme. Antiquité- Moyen Age*, Henri Laurens Ed., Paris, 1926, p.252.

<sup>5</sup> Do mesmo modo que, a outra escala, a cidade é o centro do poder que hierarquiza o território à sua volta.



como o traçado, as ruas, os lotes e os edifícios, articulando-os entre si, estabelecendo ao mesmo tempo a distinção entre o espaço público das ruas e o privado dos edifícios<sup>6</sup>.

Os quarteirões são alongados, de contornos um pouco irregulares, consequência do traçado fundiário, virando a sua maior dimensão para o arruamento convergente para a fonte. A largura média é de cerca de 20 a 22m e o comprimento varia em função das ruas que os delimitam.

A sua divisão interior em lotes é muito regular, o que nos leva a pensar que esta possa ter resultado do seu loteamento em função de divisões parcelares anteriores. Nota-se contudo que, de um modo geral, a dimensão dos lotes aumenta à medida que caminhamos para o antigo Rossio (nas ruas do Mercado e Serralheiros, por exemplo), confirmando uma ocupação desta área mais tardia.

Nos limites da área construída com o campo, o quarteirão é já resultado da agregação, ao longo do tempo, de várias construções de épocas diferentes como, por exemplo, aquele que é confinado pelas ruas Nova, do Arçário e estrada de Circunvalação. A sua configuração dilui-se, coabitando construções e espaço exterior, tanto no seu interior como na sua periferia.

Os quarteirões são, de um modo geral, quase totalmente preenchidos com construções, sendo raros os logradouros, porque na sua maioria os lotes apenas deixam entre si estreitas travessas de esgotos. Apenas na periferia de contacto com a muralha surgem logradouros de dimensão razoável, onde construções posteriores foram sendo acrescentadas ao lote inicial. De facto, o logradouro, enquanto espaço residual do lote, por vezes resultante do acerto destes e aproveitado para apoio hortícola da habitação, foi, desde sempre, o primeiro a ser ocupado, em resposta a um processo de densificação, quando a periferia de contacto com a rua já estava ocupada.

No entanto, encontram-se alguns espaços vagos na periferia dos quarteirões da rua da Fonte, seja porque, pela natureza do solo ou outras razões, não tenham sido nunca construídos<sup>7</sup>, ou porque, quando a população começou a regredir, a vegetação tomou conta dos lotes abandonados por construções que entretanto

---

<sup>6</sup> «(...)é sobre o quarteirão que vão incidir as maiores transformações (...) porque, sendo um elemento morfológico que interliga e estrutura vários outros, é também no quarteirão que se processa a separação entre o domínio público e privado, estruturando as práticas sociais da sua utilização» José Lamas, *ob. cit.*, p.94 e p.136

<sup>7</sup> Numa das plantas mais antigas da vila em que foi representada a malha urbana (1818), verificamos que o grande logradouro actualmente existente na rua da Fonte já então existia (fig. 2.9).

desapareceram<sup>8</sup>. Os terrenos são assim delimitados por muros e aproveitados para cultivo de produtos hortícolas, funcionando como quintais privados das habitações contíguas e criando situações de descontinuidade na massa construída.

Os edifícios são os grandes responsáveis pela imagem urbana, quer pela sua arquitectura, quer pela forma como se agrupam e relacionam com o espaço envolvente.

«É a constância dos modos e tipos de viver que se concretiza em edifícios semelhantes»<sup>9</sup>, afirma Aldo Rossi e, de facto, nesta área predominantemente de construção corrente remontando aos finais da Idade Média, as mesmas funcionalidades traduziram-se em edifícios de grande homogeneidade, sem dúvida concretizada pelo uso dos mesmos materiais e linguagem formal.

Na sua maioria as casas têm dois, três pisos, com uma volumetria compacta, definindo uma frente urbana contínua. A escala dos edifícios é similar, reflexo da regularidade dos lotes, mas o acentuado declive de algumas ruas confere-lhes uma dinâmica própria, já que as cérceas não se alinham, mas antes se recortam em escada<sup>10</sup>.

A homogeneidade da imagem do conjunto resulta de uma tipologia formal e construtiva que se repete com pequenas variantes, sendo o carácter específico de cada rua dado essencialmente pelo ondular do terreno e pela forma como as construções nele se implantam. Por outro lado, a íntima relação existente entre os edifícios e o quarteirão a que pertencem, numa comunhão entre a arquitectura e a estrutura urbana, anula a individualidade daqueles, em favor da unidade formal do conjunto.

A fachada adquire assim uma importância crucial na definição do espaço urbano, pois constitui, na maioria dos casos, o único elo de ligação do edifício com este. A fachada contém a imagem do edifício no espaço urbano, modelando-lhe a sua imagem, através da sua métrica, dos seus ritmos, da sua expressão estética, da sua arquitectura.

Porém, no caso de Castelo de Vide, devido ao acidentado da topografia, a leitura urbana dos edifícios não se faz apenas através das fachadas. Os planos inclinados dos telhados ou as chaminés estão por vezes tão presentes como as fachadas,

---

<sup>8</sup> Na rua da Fonte vêem-se ainda alguns exemplos onde da casa que lá estava anteriormente apenas restou um pano de parede, com a porta exterior, que dá agora acesso ao quintal.

<sup>9</sup> Aldo Rossi, *A Arquitectura da Cidade*, ed. Cosmos, Lisboa, 1977, p. 56.

<sup>10</sup> Vejam-se nas figuras 4.6 e 4.7 os perfis transversais e longitudinais de alguns arruamentos da área.



influindo na imagem urbana quase em pé de igualdade com estas. A importância deste quinto alçado é tanto maior quanto a sua presença, já sentida no cimo das ruas da Fonte e do Mestre Jorge, é particularmente marcante de pontos mais altos, como o castelo.

De reduzida pendente, com uma ou duas águas, os telhados têm sempre a cumeeira paralela à fachada, na qual terminam com um beirado. As chaminés, de dimensão significativa, estão recuadas relativamente ao plano da fachada e têm por isso, uma expressão mais reduzida no contexto urbano. Da convergência do traçado e acentuada topografia resulta uma imagem irregular e compacta, onde o vermelho dos telhados contrasta com o branco predominante das paredes e chaminés.

A Fonte da Vila, o polo motivador do presente traçado, estrutura um espaço urbano de carácter singular. A sua envolveria resultou em grande parte da sua acessibilidade a toda a volta, podendo ser usufruída, de qualquer ponto, sem ter eleito uma direcção preferencial.

Hoje em dia, que a grande maioria da população tem água canalizada, a fonte, mais do que a satisfação de uma necessidade funcional, representa um estatuto simbólico, enquanto objecto cultural importante no imaginário colectivo da população da vila. É interessante notar como se transferiu a sua significação funcional e social, enquanto local de encontro e convívio, para uma de carácter histórico e cultural, mantendo o estatuto de factor urbano singular, de *monumento*.

À excepção da Fonte da Vila, não há elementos significativos que, pela sua escala forma ou função, referenciem o conjunto. O seu maior valor consiste pois, na sua unidade estrutural e morfológica.

Nos casos em que delimitam os quarteirões, os muros estabelecem descontinuidades na frente construída, por onde espreitam árvores e vegetação. Estes elementos naturais, embora de menor grau de permanência que as construções, são muitas vezes estruturantes da forma urbana definindo composições, alinhamentos, opacidades, etc..

Dentro de logradouros restringem-se à rua da Fonte, nos lotes “deixados” vagos e à rua do Arçário, já no limite com o campo. No entanto, a presença verde é uma constante em quase todas as ruas, quer em vasos, quer em canteiros construídos para o efeito ou, no caso da rua da Fonte, “atapetando” de verde a própria calçada em Invernos rigorosos.